

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC

1. A realização do Congresso de Todos os Sindicatos constitui uma vitória histórica do movimento operário português e dos trabalhadores portugueses. Alcançando os objectivos do seu Congresso, os trabalhadores alargaram e tornaram mais sólida a barreira às ameaças que pesam sobre a democracia portuguesa, criaram novas e melhores condições para a defesa e aprofundamento das conquistas da Revolução do próprio regime democrático.

O PCP saúda os trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional pelo grande êxito que representa esta realização, pelo carácter democrático, amplamente unitário e participado que marcou a preparação e os trabalhos do Congresso, pelas suas conclusões de elevado sentido patriótico, pelas perspectivas que a realização e resultados do Congresso abrem à defesa dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

2. A realização do Congresso de Todos os Sindicatos foi também uma resposta de classe dos trabalhadores às actividades e manobras das forças que apostaram na divisão do movimento sindical, no enfraquecimento de uma das mais poderosas linhas de defesa da democracia portuguesa. Contra a unidade dos trabalhadores foram utilizados poderosos meios, contando os divisionistas com largo apoio no aparelho do Estado e nos órgãos de comunicação social. Vencendo tais obstáculos mas distinguindo com rigor o inimigo de classe e mantendo um espírito de grande abertura em relação aos que

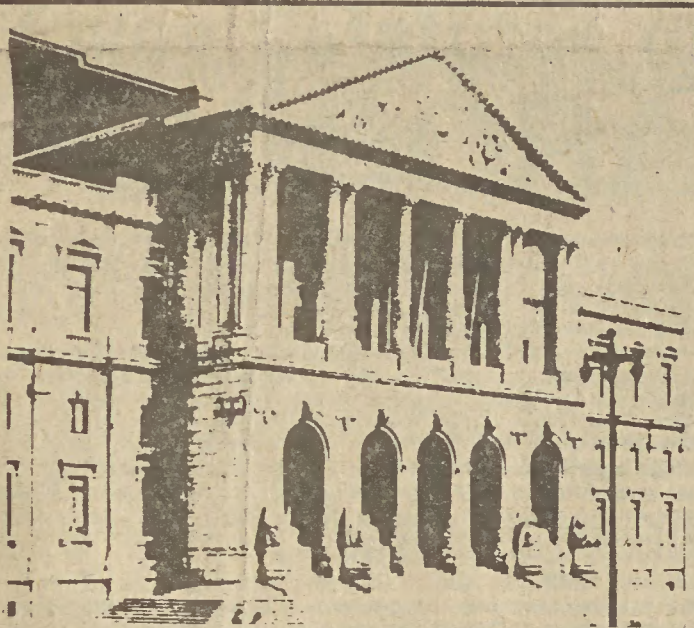
(Continua na pág. 3)



A multidão que encheu, no último domingo, o Pavilhão dos Desportos, para assistir ao encerramento do Congresso de Todos os Sindicatos, juntou o seu entusiasmo ao dos delegados e convidados para saudar o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses

VITÓRIA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Reportagem e análise dos documentos aprovados no Congresso - Págs. 3, 4, 5 e 6



O PCP votou contra a ratificação do decreto sobre os aumentos dos trabalhadores da Função Pública, afirmando, nomeadamente, na sua declaração de voto: "Ao ratificar este decreto-lei, a Assembleia da República acaba por aprovar uma medida governamental incorrecta, injusta e ilegítima".

Pág. 2



Pág. 12

O camarada Álvaro Cunhal despede-se do camarada Sérgio Vilarigues à partida da delegação do PCP ao III Congresso da FRELIMO e de que faz também parte o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da CP

3.º Congresso da Frelimo OS CAMARADAS ÁLVARO CUNHAL E CARLOS COSTA EM MOÇAMBIQUE



Pág. 11

Cansado do fascismo, o povo espanhol redobra agora a sua luta pela liberdade e a palavra «amnistia» tem arrastado centenas de milhares de pessoas às enormes manifestações realizadas por quase todo o país vizinho. Por toda a parte é desejo do povo espanhol apagar o passado de terror e opressão que a extrema-direita, em atitudes suicidas, procura renovar

O POVO DE ESPANHA LUTA PELA LIBERDADE

Editorial

UMA VITÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS

O Congresso de Todos os Sindicatos, a riqueza da sua mensagem, tudo o que mostrou e apontou quanto ao carácter, às tarefas e aos objectivos actuais do movimento sindical português, foi a confirmação vigorosa de uma verdade simples já reconhecida por muitos mas ignoradas por alguns — a de que é impossível construir em Portugal um Estado autenticamente democrático, independente e livre e arrancar o País do seu atraso secular e das graves dificuldades do presente sem a participação activa, responsável e organizada dos trabalhadores.

E ainda, por reflexo, esta outra verdade menos simples mas que penetra de maneira crescente na consciência das massas e se impõe cada vez mais aos inimigos declarados da nossa democracia — a de que o restabelecimento do poder dos monopólios, com todo o seu cortejo de miséria e de exploração, e o consequente retorno

(Continua na pág. 2)

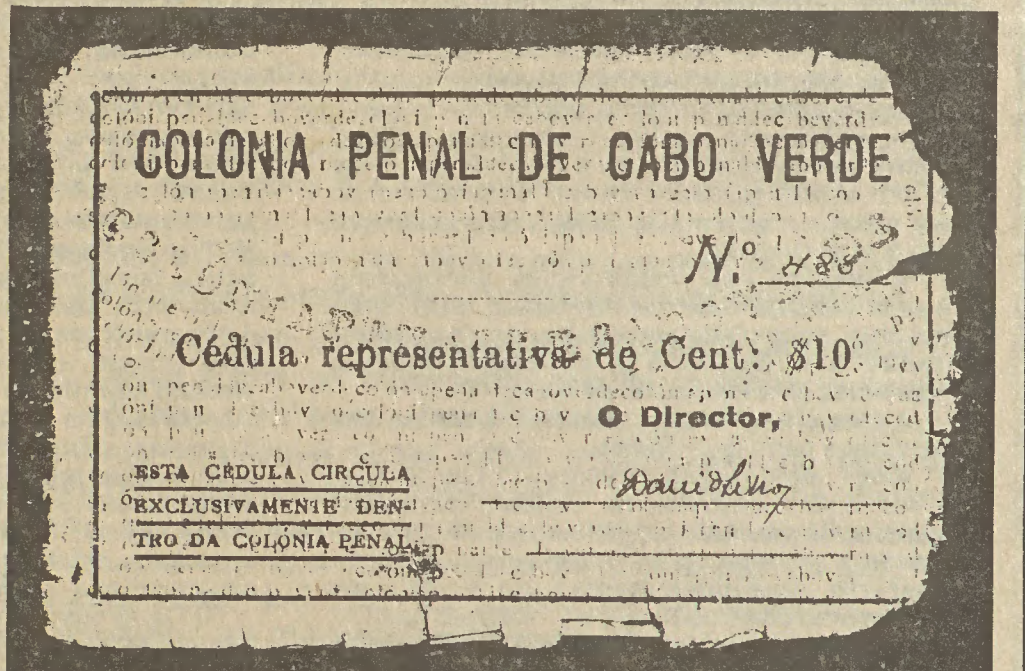
CAMPANHA NACIONAL 50 MIL CONTOS



COMEÇOU!

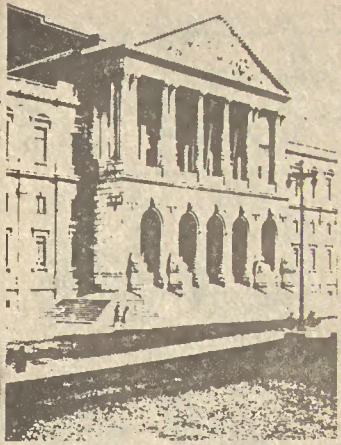
Publicamos hoje a primeira relação de contribuições: dois dias depois de começada a Campanha, já ultrapassámos 400 contos!

Pág. 7



Uma das primeiras ofertas para os leitores da Campanha de Fundos. Preciosa, pela sua raridade e significado, a cédula foi-nos remetida com uma carta que publicamos na página 7

QUANTO VALE UM TOSTÃO DO CAMPO DO TARRAFAL?



Função Pública

Os deputados do PCP com os trabalhadores

Os cerca de 300 mil trabalhadores da Função Pública viram na passada terça-feira as suas esperanças goradas quando a maioria PS-CDS dos deputados da Assembleia da República aprovaram a ratificação do Decreto-Lei 923/76.

Registe-se que graves incidentes se registaram no hemiciclo quando a Mesa da Assembleia da República anunciou o resultado da votação e a consequente ratificação do decreto em causa. A infeliz atitude de parte dos deputados do Partido Socialista, ao baterem palmas quando a ratificação foi aprovada, desencadeou uma reacção incontrolada da parte do numeroso público que enchia as galerias, o que levou o Presidente da Assembleia da República a ordenar a sua evacuação.

O incidente, embora lamentável, não teria assumido proporções ainda mais graves se um deputado do PS — António Arnaut — não tivesse, aproveitado o ensejo para dirigir ao PCP aquilo que o camarada Vital Moreira viria a considerar uma «grosseira provocação», passível de condenação ainda mais veemente do que o comportamento da parte do público que assistia à sessão.

O Partido Comunista Português votou contra a ratificação do decreto em causa, bem como o deputado da UDP e os dois deputados independentes da bancada socialista, tendo os deputados do PPD preferido a abstenção, enquanto, conforme já referimos, o CDS acorria «em auxílio» do Partido do Governo e aprovava a ratificação do decreto.

Aliás, os deputados do CDS fariam apenas duas intervenções de fundo no debate deste problema, uma no primeiro dia e outra na terça-feira. E quem tivesse presente na memória a declaração do primeiro dia, certamente ficaria a pensar que a do segundo seria da autoria de qualquer deputado, menos de um deputado do CDS.

Com efeito, enquanto no primeiro dia o CDS, embora não definindo muito bem a sua posição, deixava antever um não muito grande empenhamento nesta questão, na passada terça-feira o discurso produzido por um seu representante não era de modo nenhum isento de críticas à actuação governamental, pondo-se assim ao lado dos outros grupos parlamentares — com excepção, naturalmente, do PS — nos ataques que aqueles dirigiram à actuação governamental.

Mas, enquanto ainda se estava em plena discussão na generalidade, os olhares dos observadores atentos foram atraídos para uma desusada movimentação entre a bancada socialista e a bancada do CDS — passando pela bancada do Governo — e, pouco depois do reinício da sessão (que tinha sido suspensa a pedido do CDS) para a votação, o resultado dessa movimentação ficou mais claro: um deputado do CDS interpelou o ministro da Administração Interna se o Governo aceitaria uma proposta de aditamento daquele grupo parlamentar. Quando o ministro anuiu, logo acompanhado pela concordância do grupo parlamentar do Partido Socialista, não ficaram dúvidas a ninguém sobre o modo como o CDS iria votar. Foi o que, de facto, aconteceu: o PS e o CDS aliaram-se na votação.

OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA TÊM RAZÃO

Ao longo dos três dias que durou o debate, os deputados comunistas, nomeadamente os camaradas Lino Lima, Vítor Louro, Dias Ferreira e Vital Moreira, explanaram as razões por que o PCP apresentou o pedido de ratificação do decreto e os motivos porque essa ratificação deveria ser rejeitada pela Assembleia da República.

Mas, conforme acentuaria o camarada Carlos Brito na intervenção com que o nosso Partido encerrou o debate, as declarações proferidas tanto pelos membros do Governo como pelos deputados do PS mostraram que o Governo e o partido do Governo se mantêm surdos à indignação e protesto dos trabalhadores da Função Pública e aos argumentos que aqui foram aduzidos a partir da bancada do PCP e por outros deputados.

Saliutando que os trabalhadores da Função Pública têm razão ao protestarem contra o decreto, o camarada Carlos Brito adiariaria:

Têm razão porque, apesar das garantias constitucionais e das repetidas promessas do Governo, este legislou em matéria do seu fundamental interesse com absoluto desprezo pelas suas propostas, opiniões e reiterada afirmação de vontade de negociar.

Têm razão porque, mais uma vez, a reconhecida e incontroversa situação de desfavor dos trabalhadores da Função Pública em relação a outros sectores profissionais não foi bastante para que com coragem se adoptassem as providências urgentes, fortes e de fundo, as providências

excepcionais, para iniciar a reparação de uma situação em certa medida excepcional.

Têm razão porque, alegando o Governo constituir o Decreto-Lei n.º 923/76 uma medida de emergência, se verifica, como por nós foi demonstrado, que o critério do aumento percentual é único e igual para todas as categorias, parco benefício representa para aquelas categorias mais acoissadas pelo aumento dos preços e carestia da vida, significando uma diminuição real do poder de compra.

Após ter salientado que não caberia aos deputados comunistas propor alterações às tabelas de aumento estabelecidas, quer pelas disposições constitucionais quer pelo facto de os deputados comunistas não se quererem substituir aos trabalhadores nas negociações, Carlos Brito diria: «Mas alguns sindicatos avançaram uma proposta e avançaram a vontade de negociar em torno dela. O Governo ignorou uma e outra coisa.»

Acrescentando que a iniciativa de requerer a ratificação do decreto tomada pelo PCP visava, com efeito, oferecer à Assembleia da República a possibilidade de forçar o Governo a reconsiderar a sua decisão, e constitucionalmente — isto é, com a participação dos trabalhadores — o camarada Carlos Brito apelaria para a rejeição da ratificação, para que desse modo a Assembleia recomendasse ao Governo que inicie urgentemente negociações com as Associações sindicais dos trabalhadores da Função Pública, para que o mais rapidamente possível, e com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro, se faça justiça aos trabalhadores da Administração Central, Local e Regional.

Os veementes apelos do PCP não foram atendidos e, desta forma, a situação de injustiça que levou os trabalhadores da Função Pública a apresentarem uma petição contendo mais de 60 mil assinaturas na Assembleia da República, mantém-se.

É possível que não deixe de haver quem pretenda especular com a posição assumida pela bancada do PCP, para assim caluniar os comunistas. Porém, Carlos Brito foi bem claro:

Ao fazer estes apelos e recomendações queremos declarar solenemente que, pela nossa parte, não se trata de nos colocarmos em guerra aberta com o Governo, trata-se de combater com energia mais uma sua medida inadequada e injusta.

Fazêmo-lo com tanto maior à-vontade quanto é certo que desde a formação do Governo afirmámos que combateríamos abertamente as medidas que desaprovássemos, tal e qual como aprovaríamos as decisões que considerássemos justas, mas com a completa independência de quem não tem vocação para bengala de apolo.

Por isso, da nossa parte não se trata de inventar mais um factor de instabilidade, mas de sanar um foco de tensão num clima já pesado de tensões sociais, de que as forças reacçãoárias gulosamente se aprestam para aproveitar.

E, a finalizar a sua intervenção, Carlos Brito acentuou: Seja a Assembleia da República capaz de eliminar este motivo grave de descontentamento e prestigiar-se aos olhos do Povo português que a elegeu. Também não se desprestigiaria o Governo se for capaz de reconsiderar e corrigir o erro cometido.

Mas a Assembleia da República — por força dos votos do PS e do CDS e da abstenção do PPD — ou não quis ou não foi capaz!

E, conforme, afirmou o deputado do PCP Sousa Marques em declaração de voto, a ratificação deste decreto equivale à aprovação pela Assembleia da República de uma medida governamental incorrecta, injusta e ilegítima.

Nessa declaração afirmou ainda: O Grupo Parlamentar do PCP, ao requerer a ratificação do Decreto-Lei 923/76, trouxe aqui os anseios dos trabalhadores da Função Pública e, se aspecto positivo há que salientar, é o do Governo ter vindo a esta Assembleia avançar muitas das questões que deveria ter, em devido tempo, informado e discutido com os mais directamente interessados — os Trabalhadores da Função Pública.

Entretanto e no final da declaração de voto o camarada Sousa Marques salientava:

O Grupo Parlamentar do PCP entende sublinhar o consenso estabelecido durante a discussão, reconhecendo o direito à audição prévia dos trabalhadores da Função Pública e à sua participação em negociações sobre matérias que directamente lhes digam respeito.

Este acordo aponta para a abertura imediata de negociações entre o Governo e os Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública com vista a próxima e urgente correcção da situação injusta agora criada.

Anticomunismo e anti-sovietismo — armas da reacção

O camarada Joaquim Gomes fez, na passada sexta-feira, na Assembleia da República, uma importante declaração política, durante a qual chamou a atenção dos deputados para a extrema gravidade da campanha que os órgãos de imprensa reacçãoária, e em alguns casos, a própria imprensa estatizada, estão a fazer contra os países socialistas e os novos países africanos recordando logo de início várias disposições da Constituição em matéria de política externa e que contrariam frontalmente tal campanha, que não cessa de aumentar.

Afirmando que o nosso Partido tudo tem feito e tudo fará para cumprir e fazer cumprir as disposições constitucionais, o camarada Joaquim Gomes afirmou, a dado passo da sua intervenção:

Animados desta vontade sentimo-nos na obrigação de chamar a atenção dos senhores deputados para a campanha que a imprensa reacçãoária e também a estatizada está desencadeando contra os países do Socialismo real e países de expressão portuguesa.

“Perante quem respondem — interrogou o deputado comunista — os profissionais da mentira e da calúnia? E se esses caluniadores forem pagos com o dinheiro do povo, a quem pedir contas?”

Prosseguindo a sua importante declaração, o camarada Joaquim Gomes disse: Amargamente recordamos a campanha dos 40 mil cubanos pretensamente estacionados em território português... Quantos rios de tinta foram espalhados nos jornais pagos pelo Povo português para envenenar as relações entre os dois Estados e os dois povos? E não só. Pagaram com a vida cidadãos cubanos esta campanha orquestrada internacional e nacionalmente, que preparou consciente e inconscientemente condições para o atentado bombista à Embaixada da Cuba.

Depois de criticar o facto de o Governo nada fazer para repor a verdade dos factos, o nosso camarada passou a referir-se a outra “invasão” inventada pelas doentias cabeças da reacção: as “centenas” de funcionários da Embaixada da URSS...

Disse Joaquim Gomes: E logo se escreveram de novo rios de tinta. A verdade é concreta. Objectiva. Esta Assembleia se quiser sabe o número de funcionários que tem a Embaixada da URSS, ou de qualquer outro país socialista. E o Governo já o sabia. Mas serão suficientes os desmentidos oficiais, publicados discretamente, para anular os efeitos das mentiras e calúnias publicados em grandes parangonas? Perante quem respondem os mentirosos de ofício? Podem continuar a escrever as mais odiosas e mesquinhas aldrabices?

Chamando a atenção da Assembleia da República para o seu dever de desempenhar um papel mais activo na defesa dos preceitos constitucionais, gratuita e propositalmente calçados aos pés por gente que não responde perante ninguém, o camarada Joaquim Gomes acentuou:

De tempos a tempos descobre o imperialismo que em tal ou tal país socialista não há liberdade. Da mesma maneira houve quem descobrisse quarenta mil barbudos cubanos em Portugal... 40 mil... Que tais coisas sucedem, não nos espanta. É até natural. Mas que esta Assembleia da República dê crédito a essa campanha, se imiscua nos assuntos internos de tal ou tal país, espanta-nos e condenamos.

Inserindo correctamente a campanha de calúnias numa mais vasta campanha internacional conduzida pelo imperialismo contra a paz e a segurança dos povos, o deputado comunista acentua: A monstruosa ofensiva ideológica, desencadeada e orquestrada pelas centrais do imperialismo após a assinatura da Acta Final de Helsinquia, tem objectivos bem evidentes: procura camuflar os intentos agressivos do imperialismo, os seus propósitos de aumentar os efectivos militares e de evitar a limitação da corrida aos armamentos, desencadear uma segunda guerra fria na tentativa de desviar as atenções da crise geral do capitalismo e de desacreditar as realizações e conquistas do campo socialista e o carácter democrático das sociedades que se libertaram da exploração do homem pelo homem.

Referindo-se ao prolongamento dessa actividade no nosso País, acrescentou: No nosso País a campanha tem, além destes, outros objectivos. Ela insere-se num plano muito mais vasto da ofensiva da reacção contra o processo democrático. O anticomunismo, arma da reacção e do fascismo, é parte desse plano que se desenvolve a níveis diversos mas complementares e que visa enfraquecer as linhas de defesa da democracia. O objectivo é de agrupar sob a mesma bandeira a escumalha fascista dos pides e bombistas postos em liberdade, os novos agrupamentos fascistas como o MIRD e o PAP, a direita reacçãoária, todos os que fazem do anticomunismo a sua política oficial, com o que, independentemente das suas intenções subjectivas, se prestam a alianças com a reacção.

Alertando os democratas, Joaquim Gomes disse: A história ensina-nos que o anticomunismo não se dirige apenas contra os comunistas, e os que se prestam a alianças sem princípios acabam por ser vítimas dos seus aliados de circunstância. É do interesse da democracia portuguesa que as alianças se façam entre os que estão dispostos a defender as conquistas do 25 de Abril e defender o direito do Povo português decidir dos seus próprios destinos sem ser debaixo do fogo das armas da guerra psicológica.

Depois de reafirmar que o nosso Partido combaterá vigorosamente a campanha anti-soviética e anticomunista, o camarada Joaquim Gomes finalizou a sua intervenção salientando:

As forças que pretendem dificultar as relações com os países socialistas e os jovens países de expressão portuguesa são as mesmas que no nosso país se organizam para liquidar as liberdades, a Reforma Agrária e as Nacionalizações. Que não se iludam todos aqueles que a elas intelizmente se têm aliado.

Portugal adquiriu na arena internacional um grande prestígio de que a próxima realização da Conferência Contra o «Apartheid» é um testemunho. Os capitães de Abril aliados ao Povo português mostraram ao Mundo a nova imagem libertadora, pacífica e cooperante de Portugal. Ela deve ser defendida. Assim o exige a Constituição. Por ela combaterá o PCP.

Deputados solidários com os democratas espanhóis

O Grupo de Deputados do Partido Comunista apresentou, pela voz do camarada Francisco Miguel, um voto de pesar e protesto contra os recentes actos terroristas cometidos em Espanha pelas forças fascistas. É o seguinte o seu teor: «Considerando o bárbaro assassinato de vários democratas espanhóis praticado no dia 24 em Espanha;

Considerando que com esse acto terrorista e outros, como os raptos políticos efectuados, as organizações fascistas espanholas mostram não hesitar nos meios a utilizar para preservar o seu domínio sobre os povos de Espanha;

Considerando a necessidade de manifestar às forças democráticas e antifascistas de Espanha a solidariedade do povo português;

A Assembleia da República, chocada com o bárbaro assassinato de vários democratas espanhóis, levado a cabo por forças fascistas, condena veementemente esse vil atentado terrorista e manifesta a sua profunda solidariedade com as forças democráticas e antifascistas de Espanha».

Alinda antes da votação, o deputado do PS José Luís Nunes declarou, numa intervenção emocionada, associar-se à proposta do PCP e recordou a participação de democratas portuguesas na luta que os democratas espanhóis travaram contra as tropas franquistas, referindo nomeadamente que, entre esses democratas, se encontravam vários deputados socialistas e comunistas.

Sujeita à votação, a proposta do PCP foi aprovada por esmagadora maioria. Apenas um deputado do CDS destoeu, impedindo a unanimidade e espantando a sua própria bancada, que não queria acreditar que houvesse um deputado seu a romper, «indisciplinadamente», as aparências e a mostrar o seu verdadeiro carácter fascista.

Esse «corajoso» foi Cunha Simões o qual, na declaração de voto que entregou posteriormente na Mesa da Assembleia, teve a ousadia de chamar aos deputados «manobreadores», caluniando a sua acção de «criminoso incompetência» e acusando-os de serem «menores mentais», «pígmios políticos» e outras figuras de retórica dignas dos seus amigos «deputados» da Assembleia fascista.

Após a votação, o camarada Carlos Brito, numa vibrante intervenção, manifestaria o seu regozijo perante a manifestação de solidariedade prestada pela Câmara aos democratas espanhóis. O nosso camarada, aplaudido pelos deputados do PCP e do PS — tal como aconteceu com a intervenção do deputado José Luís Nunes, a que atrás fizemos referência — terminaria a sua intervenção manifestando a confiança dos democratas e antifascistas portugueses na vitória final dos democratas espanhóis, apesar dos caminhos que estes ainda têm de percorrer serem difíceis e perigosos, exigindo algumas vezes o sacrifício da própria vida.

Embaixada da Checoslováquia considera inaceitável «protesto» da Assembleia

O Embaixador da República Socialista da Checoslováquia, Mitoslav Uruza enviou ao vice-Presidente em exercício da Assembleia da República uma carta devolvendo a provocação que a maioria de deputados dirigiu contra aquele país socialista e a que nos referimos oportunamente. E o seguinte o texto da carta:

Tenho a honra de devolver, como inaceitável, a Vossa Excelência a carta Ofício n.º 39/77 de 24 do corrente (a qual recebi hoje) refutando o protesto da Assembleia da República Portuguesa que se baseia em informações incorrectas (o que testemunha também o facto de que o Sr. Dr. Jiri Hajek não foi detido e não está na prisão) o que significa uma ingerência inadmissível nos assuntos internos do meu País e está numa contradição flagrante com o conteúdo e espírito do Acta Final da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa assinado em Helsinquia no dia 1 de Agosto de 1975. A República Socialista da Checoslováquia é um Estado de direito, todas as suas autoridades actam de acordo com a Constituição e com as outras leis vigentes e estão em plena harmonia com os Pactos Internacionais sobre os Direitos do Homem que a Checoslováquia ratificou.

Editorial UMA VITÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS

(Continuação da pag. 1)

ao fascismo com que muitos sonham, serão tanto mais improváveis quanto mais forte for a unidade das classes trabalhadoras da cidade e do campo e mais aguda for a sua vigilância de classe.

A grande vitória histórica do Congresso de Todos os Sindicatos foi sem dúvida a vitória da unidade.

Esta grande riqueza unitária desdobrou-se em manifestações múltiplas quer na fase de preparação quer no curso das próprias sessões e trabalhos do Congresso.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — INTERSINDICAL NACIONAL, proclamada no Pavilhão dos Desportos, exprime agora um conteúdo unitário extraordinariamente mais enriquecido na luta prolongada e difícil contra os inimigos internos e externos da classe operária portuguesa e contra o divisionismo e o oportunismo no seio do próprio movimento sindical português.

A unidade dos trabalhadores portugueses é uma herança histórica do nosso movimento operário, acumulada em duros anos de combate contra a opressão e a exploração fascista liquidadas pela revolução de Abril.

A tempera da luta a cimentou, a defesa dos interesses comuns a dilatou.

Antes como depois do 25 de Abril de 1974.

Há dois momentos da unidade da classe operária de profundo significado político e de grandeza semelhante na história do movimento operário português depois do triunfo do «Movimento dos Capitães»: o 1.º de Maio de 1974 e agora este magnífico Congresso de Todos os Sindicatos.

Num, nesse inesquecível 1.º de Maio de 74, é a substância mais forte, organizada e consciente da componente popular do processo revolucionário que faz na rua a comprovação da sua capacidade política e organizativa; noutro, nas grandes jornadas de 27, 28, 29 e 30 de Janeiro último, completa-se um processo de luta em várias frentes, de luta pela unidade, de luta pela independência do

movimento operário e popular, de luta pelos interesses específicos dos trabalhadores ameaçados pela política antioperária e de recuperação capitalista do partido governante; de luta pela defesa das conquistas da revolução.

Numa correlação de forças diferente, menos favorável, a classe operária portuguesa deu uma clara resposta aos problemas que mais afectam os trabalhadores da cidade e do campo e fez uma demonstração brilhante da sua maturidade política.

No Congresso de Todos os Sindicatos estavam, em grande número, os trabalhadores comunistas, militantes sindicais filiados ou simpatizantes do Partido Comunista. Mas estavam lá eleitos por dezenas de milhares de companheiros de trabalho, grande parte dos quais não perfilham o seu ideário político. Estavam igualmente, e em número considerável, trabalhadores socialistas, filiados ou eleitores do Partido Socialista. E estavam lá também muitos outros trabalhadores sem partido ou de outras tendências políticas. Trabalhadores católicos e não católicos debateram durante quatro dias, com grande vivacidade, por vezes, mas com vincado espírito de abertura, os documentos do Congresso, os problemas e preocupações que a todos afectam, as soluções, opções e propostas reflectindo concepções diferentes e diferentes meios e formas de lhes fazer face. Todos ficaram com larga representatividade no organismo máximo da nova Confederação eleito no Congresso — o seu Secretariado.

O Congresso mostrou como o democratismo dos trabalhadores não é uma fórmula balofa de retórica burguesa mas um método criador e eficiente para chegar a conclusões práticas comuns, ao mesmo tempo mobilizadoras e unificadoras. O que divide os irmãos de classe trabalhadores nada é comparado com aquilo que os une.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses não é um compartimento estanque a avaliar pelas palavras dos congressistas e dos dirigentes eleitos. É uma grande e poderosa

organização de classe aberta a todos os sindicatos, mesmo aos que mais hostilizaram o Congresso — os da «Carta Aberta».

E melhor dar provas de realismo e fazer o balanço criterioso das manobras de divisão. As ambições desmedidas de hegemonia do movimento sindical corresponderam desilusões cruéis, graves derrotas dos divisionistas e um isolamento que se acentuou de maneira significativa. As portas da unidade estão abertas, é esse um claro mandato do Congresso. As condições para a existência de uma única central sindical estão criadas e é desejável que os discordantes revejam as suas posições e não arrisquem passos que seriam uma verdadeiro suicídio político.

Os militantes sindicais filiados no PCP têm um mandato categórico do seu Partido: unir, unir e ainda unir o movimento sindical português. Este mandato nada tem a ver com dirigismos que repudiamos e combatemos. Que aqueles que nos acusam de sectários se dispam eles do espírito de selta, abandonem decididamente a defesa de interesses obscuros e se abram sem falsos alcapões ao diálogo.

O Congresso de Todos os Sindicatos transcendeu os simples marcos do movimento sindical, interessou todos os trabalhadores e constituiu uma grande jornada unitária de âmbito mais geral. Outras estruturas do movimento operário se fizeram representar. Ao Congresso, como convidados ou observadores, compareceram centenas de representantes de Comissões de Trabalhadores. Centenas de cartas, moções e saudações oriundas das fábricas, escritórios, Unidades Colectivas de Produção e outros agregados profissionais chegaram à mesa do Congresso. A presença desses representantes e o vivo interesse com que acompanharam os trabalhos é uma indicação clara de que nas empresas e outros locais de trabalho, entre os Sindicatos e delegados sindicais por um lado, e as Comissões de Trabalhadores por outro, não há nem pode haver barreiras artificiais.

Congresso de todos os sindicatos

A FORÇA DA UNIDADE DEMONSTRADA INFLUIRÁ NA EVOLUÇÃO DO PAÍS

“Estamos aqui como representantes legítimos dos trabalhadores portugueses. Somos portadores das aspirações de unidade dos explorados, manifestadas durante todo o trabalho preparatório do Congresso. As decisões que aqui forem tomadas são o reflexo da vontade dos trabalhadores e deverão ser seguidas por todos os que pretendem ver defendidas a unidade dos trabalhadores e as principais conquistas da Revolução — a Reforma Agrária, as Nacionalizações e o Controlo Operário. Apesar de todas as manobras que contra nós moveram, continuamos abertos à discussão dos problemas comuns e entendemos que seria óptimo que as grandes opções e linhas fundamentais de acção fossem seguidas por todos os Sindicatos e dirigentes sindicais, independentemente das posições que assumiram até à data”.

Esta reafirmação da legitimidade do Congresso de Todos os Sindicatos e o forte apelo que contém caracterizam de algum modo o período vivido pelo Movimento Sindical no nosso País entre o Congresso dos Sindicatos realizado de 25 a 27 de Julho de 1975 e aquele que terminou no último domingo, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Embora o Relatório da CNOC, lido no decorrer dos trabalhos não cubra expressamente esse período de tempo, as palavras que dele citámos exprimem resultados obtidos em 19 meses de actividade intensa e meritória a todos os níveis da organização sindical dos trabalhadores portugueses.

Nos 19 meses percorridos, desde o final de Julho de 1975, a unidade da classe operária e das massas trabalhadoras em geral teve de enfrentar golpes poderosos de várias forças aliadas para travar passo à Revolução e para a encaminhar, destruindo-a, no sentido da completa recuperação capitalista, latifundiária e imperialista.

A forma como os trabalhadores organizados resistiram a essa ofensiva da contra-revolução está bem patente na realização deste Congresso de Todos os Sindicatos. A representatividade legítima que demonstrou é mais uma brilhante vitória da forte unidade que se preservou nesses 19 meses. Apesar dos ataques que sofreu, e que redobram de intensidade nos últimos dias da preparação do Congresso, os milhares de trabalhadores que encheram

o Pavilhão dos Desportos, de 27 a 30 de Janeiro findo, saíram dessa sala com a certeza de que a sua unidade e a unidade de todas as forças democráticas, civis e militares, terão força suficiente para consolidar, defender e fazer progredir as conquistas revolucionárias, pondo termo à exploração capitalista e avançando na construção do socialismo.

UMA RESPOSTA UNITÁRIA UMA RESPOSTA DE CLASSE

Estas palavras várias vezes foram reafirmadas e aplaudidas no Pavilhão dos Desportos. Não são palavras vãs que, por muito ouvidas, tenham perdido o sentido. São, pelo contrário, afirmações resultantes de uma análise objectiva da realidade portuguesa, que as centenas de documentos do Congresso retratam nos seus muitos aspectos essenciais.

Reflexo da vontade dos trabalhadores, como assinala a CNOC (Comissão Organizadora) no seu relatório final que já citámos, as decisões do Congresso referem-se praticamente a todas as grandes opções da política e da economia do País. “As soluções aqui apontadas — friso na intervenção final um membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN — são a nossa resposta de classe, a resposta unitária, autónoma e independente, democrática e revolucionária, às exigências políticas, económicas e sociais da actual situação!”. E mais adiante, o porta-voz do SN acrescentaria:

“O Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional — aprovados no Congresso, entre outros documentos, dão a noção exacta da situação real do País, das tarefas a que todos temos que meter ombros para encontrarmos a saída revolucionária para a situação actual”.

“Não é possível aos grandes capitalistas — disse ainda noutro passo o membro do SN — recuperar os privilégios perdidos nestes três anos de Revolução, sem recuperarem antes o controlo da nossa economia e as alavancas do poder político. As Nacionalizações, o Controlo Operário, a Unidade dos Sindicatos e Trabalhadores são um entrave às pretensões dos capitalistas nacionais e do imperialismo

internacional. Desta forma, Camaradas, não é de estranhar toda a campanha movida contra o controlo das empresas pelos trabalhadores, não é de estranhar que se coloquem cada vez mais dificuldades à acção e esclarecimento dos activistas sindicais nas empresas, não é de estranhar que os responsáveis pela economia nacional, cedendo às pressões dos capitalistas, adiem indefinidamente a necessária reestruturação de empresas e sectores de actividade e não avancem com medidas de apoio ao sector nacionalizado, intervencionado e sob controlo dos trabalhadores. As profundas alterações verificadas na estrutura económica nacional requerem medidas imediatas que respondam às solicitações constitucionais e que encaminhem a nossa economia no sentido do socialismo. Não é possível conciliar a actual situação da nossa economia com métodos de gestão capitalista de empresas e sectores!”

O GOVERNO E A PRÁTICA DAS DECISÕES DO CONGRESSO

Dada a representatividade legítima e democrática do Congresso de Todos os Sindicatos, o Governo tem a obrigação estrita de atentar urgentemente nas reivindicações e nas linhas de acção apresentadas pelo Movimento Sindical, pois — como aponta a Resolução do Congresso — “a deterioração da situação económica e financeira e o recurso sistemático ao endividamento do País em relação ao imperialismo, os ataques contra as nacionalizações, a Reforma Agrária e o Controlo Operário põem em causa as possibilidades de um verdadeiro desenvolvimento económico independente e aumentam os perigos de um grave colapso a curto prazo”.

Entretanto, “pioram as condições de vida e diminui o poder de compra dos trabalhadores, aumentam os despedimentos e a repressão patronal nas empresas, ao mesmo tempo que se desenvolvem os ataques e as tentativas divisionistas contra o Movimento Sindical e as Comissões de Trabalhadores, o que leva ao agravamento das tensões sociais, abrindo campo às manobras da reacção.

“O agravamento das dificuldades políticas, económicas e sociais — salienta ainda a Resolução

— poderá conduzir à liquidação das conquistas alcançadas, nomeadamente das liberdades democráticas e sindicais, e contribuir para a instauração de um regime de opressão e de exploração, semelhante ao que sofremos durante os 48 anos do fascismo, e que o nosso povo rejeita firmemente”.

Como foi aprovado e na Resolução se consigna, entre as tarefas do Movimento Sindical ganha relevo imediato e constante a de “levar à prática as decisões do Congresso de Todos os Sindicatos com vista à defesa e reforço da sua unidade e à satisfação das aspirações mais sentidas pelos trabalhadores”.

E, para levar à prática essas decisões, aprovadas em plena liberdade de discussão e de voto, no pleno exercício da democracia sindical, o Congresso, na sua Resolução aponta a necessidade de coordenar as lutas, das empresas, dos sectores, e regionais e desenvolver as formas de luta, incluindo concentrações, manifestações, paralisações e greves, que deverão ser adoptadas de forma a garantir-se o seu carácter de massas e reforço da unidade dos trabalhadores e o combate a todas as tentativas reacçãoárias que visem o regresso ao fascismo.

Apela a todos os trabalhadores para que reforcem a sua unidade, combatam todas as tentativas divisionistas nas empresas e nos sindicatos, e se unam na luta contra o inimigo principal (a reacção e o grande patronato aliado ao imperialismo) porque só assim conseguiremos vencer.

Chama todas as organizações sindicais, incluindo as que não quiseram estar presentes no Congresso, à unidade na acção para a defesa dos interesses concretos dos trabalhadores que representam.

Reafirma a sua confiança de que o Movimento Sindical reforçará a sua unidade e de que os trabalhadores levarão à prática as tarefas definidas pelo Congresso, contribuindo positivamente para defender a democracia, para impedir que a crise seja resolvida fundamentalmente à custa dos trabalhadores, para reforçar a independência nacional e para avançar para o socialismo, varrendo do nosso País a exploração do homem pelo homem.

Novos Estatutos da CGTP-IN REVIGORADA A UNIDADE DO MOVIMENTO

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional dispõe, desde 29 de Janeiro findo, de novos Estatutos aprovados em Congresso. O documento, cuja importância exige ampla divulgação e realce, foi amplamente discutido pelos trabalhadores na fase de preparação do Congresso. O projecto inicial sofreu emendas que rondam os 70% do total do texto. O seu teor acabou ainda por ser aperfeiçoado no decorrer dos trabalhos do próprio Congresso, com base na proposta-síntese, apresentada pela CNOC (Comissão Organizadora), na altura da discussão na especialidade. Apenas 7 dos cerca de 270 sindicatos presentes votaram contra a adopção dos Estatutos que, no seu artigo 3.º, definindo os princípios fundamentais e os objectivos da Central Sindical, reafirmam que «a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional luta pela unidade orgânica do Movimento Sindical e reconhece e defende a unidade como condição necessária para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, combatendo todas as acções tendentes à sua divisão».

Coerente com os seus princípios e objectivos, a CGTP-IN lembra a seguir que «a liberdade de opinião e discussão e o exercício da democracia sindical, previstos e garantidos nos presentes Estatutos, não autorizam a constituição de quaisquer organismos autónomos dentro da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional que possam falsear as regras da democracia ou conduzir à divisão dos trabalhadores».

REJEITADO E PROIBIDO O «DIREITO» DE FRACÇÃO

Os Estatutos defendem e consolidam a democracia sindical e, ao mesmo tempo, não a confundem com nenhuma outra democracia. Ela é designada sempre pelo seu nome legítimo. Não há, pois, motivo para confusões ou comparações abusivas com a democracia parlamentar e outras «democracias» em abstracto, cheias de pseudo-purezas formais destinadas a atacar o verdadeiro exercício da democracia por parte dos trabalhadores e a abrir as portas ao «pluralismo» na vida sindical.

Atentos a esses perigos, que os inimigos da unidade tanto cuidado põem em espalhar, os Estatutos da CGTP-IN consagram, no seu artigo 5.º a democracia sindical que «regula toda a orgânica e vida interna do Movimento Sindical, constituindo o seu exercício um direito e um dever de todos os trabalhadores, nomeadamente no que respeita à eleição e destituição dos seus dirigentes e à livre

expressão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores, devendo, após a discussão, a minoria aceitar a decisão da maioria».

Por isso, os Estatutos «não autorizam a constituição de quaisquer organismos autónomos dentro da CGTP-IN». E, assim, rejeitam na prática a criação de «tendências» como blocos antagónicos dentro da Central e que funcionariam como fracções, como centrais dentro da Central Única.

As tendências, ou correntes de pensamento, existentes dentro do Movimento Sindical, sendo-lhes garantida a livre expressão, não precisam para nada do «direito de tendência», como se comprovou pelo próprio decorrer do Congresso, onde todas as tendências tiveram voz e votaram de acordo com ela, sem qualquer coacção, na mais completa liberdade, com a minoria aceitando as decisões tomadas por maioria.

COMBATER O PRINCÍPIO QUE NEGA A LUTA DE CLASSES

«A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional — estipula o artigo 4.º dos Estatutos — reconhece e defende o princípio da liberdade sindical que garante a todos os trabalhadores o direito de se sindicalizarem independentemente das suas opções políticas ou religiosas». Basta, portanto, ser-se trabalhador para se ser sindicalizado. E isso de acordo com esse princípio que os Estatutos reconhecem, tendo em vista a unidade e o seu fortalecimento e não a divisão

e o «pluralismo».

Reafirmada é também a independência do Movimento Sindical:

«A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional — desenvolve a sua actividade com total independência em relação ao patronato, Estado, confissões religiosas, partidos políticos ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical».

Não há lugar a dúvidas. A formulação é clara. Confirma uma prática que a Intersindical sempre seguiu e que o PCP, Partido dos trabalhadores sempre defendeu, contrariando e desmentindo as calúnias dos inimigos da unidade sempre prontos a confundir tudo, a insistir em que o branco é preto quando querem meter no mesmo saco «política» e «partidarismo», tentando fazer esquecer que a Intersindical Nacional sempre se afirmou apartidária, mas nunca disse que era apolítica e que não defendia as conquistas políticas dos trabalhadores.

E a prova de que a CGTP-IN defende uma linha política democrática a caminho do socialismo, pois esse é o interesse de todos os trabalhadores, fica bem patente quando os Estatutos afirmam:

«A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional combate o princípio corporativista-fascista, que nega a luta de classes, e considera que a resolução dos problemas dos trabalhadores exige o fim da exploração capitalista e da dominação imperialista» (artigo 7.º dos Estatutos).

Por outro lado, mas ainda dentro dos seus objectivos políticos, «a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional tem o direito de tomar quaisquer iniciativas com vista à defesa das liberdades democráticas e dos interesses dos trabalhadores, tendo em consideração que a sua independência não pode significar indiferença perante as ameaças à liberdade democrática ou a qualquer dos direitos dos trabalhadores» (artigo 8.º).

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, que tem a sua sede em Lisboa, «é constituída pelas associações sindicais que exercem a sua actividade no território nacional nela filiadas». (artigo 1.º).

Essas associações não são apenas os Sindicatos, mas ainda as Federações e as Uniãoes Distritais e Locais, sendo aquelas (os Sindicatos) «associações sindicais de base» e estas (Federações e Uniãoes) «associações sindicais intermédias de coordenação da actividade sindical sectorial ou regional» (artigo 10.º).

Podem filiar-se na CGTP-IN os «Sindicatos cujos princípios e objectivos não contrariem os princípios e objectivos definidos» nos Estatutos da Confederação (artigo 11.º). Entre os seus direitos de filiados tomam especial relevo os respeitantes à participação activa na vida da CGTP-IN. Essa participação exercer-se-á «a todos os níveis, nomeadamente nas reuniões do Plenário e Congresso, requerendo, apresentando, discutindo e votando as moções e propostas que entenderem convenientes». É também um direito dos associados «formular as críticas que tiverem por convenientes à actuação e às decisões dos diversos órgãos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, mas sempre no seio do Movimento Sindical e sem prejuízo da obrigação de respeitar as decisões democraticamente tomadas».

Entre os deveres dos associados, além da obrigação de cumprir e fazer cumprir os Estatutos, bem como de «agir solidariamente na defesa dos interesses colectivos», figuram os que obrigam a «fortalecer a acção sindical na área da sua actividade e a respectiva organização sindical» e a «dar provas de adesão à ordem democrática instaurada após o 25 de Abril, combatendo, sob todas as formas, as forças contra-revolucionárias com vista à construção de uma sociedade sem classes».

É patente, mais uma vez, a preocupação constante de salvaguardar as conquistas essenciais dos trabalhadores, que passam pela defesa intransigente e activa da ordem democrática — objectivo político por excelência e que se sempre tem cabido ao Movimento Sindical.

ORGÂNICA DA CONFEDERAÇÃO PARA UMA ACTIVIDADE DEMOCRÁTICA

Os órgãos da CGTP-IN são o Congresso (órgão máximo),

o Plenário, o Secretariado Nacional e o Conselho Geral.

Constituído por todos os Sindicatos filiados (cabará o Plenário decidir sobre a participação de Sindicatos não filiados) o Congresso reunirá obrigatoriamente de 3 em 3 anos, incumbindo a sua convocação ao Secretariado Nacional. A representação será proporcional ao número de sócios dos Sindicatos filiados. Uma Comissão Organizadora, presidida pelo Secretariado Nacional, encarregar-se-á dos trabalhos preparatórios e será constituída com base nos seguintes princípios: «representação diversificada das várias zonas geográficas do Continente e Ilhas; representação dos principais sectores de actividade; representação de todas as linhas político-sindicais com real expressão no Movimento Sindical».

O Plenário, cujas funções são de destacar na democracia interna do Movimento Sindical, é formado por todos os Sindicatos filiados, pelas Federações e pelas Uniãoes Distritais. Sindicatos não filiados poderão participar no Plenário, desde que assim o decidam os filiados. Três delegados será o máximo por Sindicato, União ou Federação.

O Secretariado Nacional tem 25 membros efectivos e 10 suplentes. Eleitos em Congresso e podendo ser reeleitos, a eles compete «adireccionar e coordenação de toda a actividade da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, de acordo com a orientação definida pelo Congresso e com as deliberações do Plenário».

O Secretariado Nacional elegerá entre si uma Comissão Executiva que, na sua primeira reunião, definirá as funções de cada um dos seus membros. Reunindo obrigatoriamente uma vez por mês e sempre que necessário, o SN deliberará por simples maioria de votos dos membros presentes, mas as suas deliberações só serão válidas se forem tomadas pela maioria dos seus membros.

O Conselho Geral, formado por Sindicatos, Secretariado Nacional, Uniãoes Distritais e Federações, funcionará em Comissões Permanentes e em sessão plenária. As Comissões Permanentes são: Política Salarial, de Rendimentos e Preços; Contratação Colectiva;

Reestruturação Sindical; Formação Sindical; Informação; Política Económica e Emprego; Segurança Social; Fundos. Estas Comissões reunir-se-ão, pelo menos, uma vez por mês. A elas compete, nomeadamente, «dar o seu parecer sobre todas as questões da sua competência específica que lhes tenham sido apresentadas pelo Secretariado Nacional».

As tarefas do Conselho

Geral, embora sobre assuntos específicos, são vastas e diversificadas. Desde pronunciar-se sobre todas as questões que lhe apresente o SN, até à definição da composição das Comissões Permanentes, o CG deve «dinamizar, em colaboração com o Secretariado Nacional, a aplicação das deliberações do Congresso e do Plenário».

Defendendo os princípios que têm caracterizado

e continuarão a caracterizar o Movimento Sindical, (unidade, independência, liberdade e democracia) os Estatutos foram preparados e discutidos com a preocupação dominante de permitirem que todos se possam filiar na Confederação. Como a CNOC (Comissão Organizadora) assinalou na tribuna do Congresso, na realização desse objectivo, «está a nossa força, a força do Movimento Sindical Unitário».

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

(Continuação da pág. 1)

voluntariamente se isolaram da grande corrente unitária do movimento sindical, os trabalhadores deram uma prova concludente da sua maturidade política e consciência de classe. A realização do Congresso de Todos os Sindicatos é acima de tudo uma vitória sobre as forças do grande capital seus representantes no plano político e seus agentes no seio dos trabalhadores.

3. O PCP exorta os seus militantes e os trabalhadores em geral a continuarem vigilantes às manobras divisionistas, a prosseguirem os esforços pelo fortalecimento da unidade de todos os trabalhadores em torno do seu movimento sindical, a CGTP-IN. O Programa de Acção da CGTP-Intersindical Nacional e o Caderno Reivindicativo Imediato identificam-se com as justas aspirações dos trabalhadores e constituem objectivos de luta em cuja concretização estão interessados o povo português e a democracia. Na luta pela sua realização é possível alargar e reforçar ainda mais a unidade dos trabalhadores.

4. A realização do Congresso de Todos os Sindicatos deu novo ânimo ao movimento popular e reforçou as suas razões para lutar com determinação e confiança, num momento particularmente difícil e complexo do processo democrático, num momento em que se multiplicam as ofensivas contra as liberdades e as outras conquistas da Revolução portuguesa, em que se agravam as condições de vida dos trabalhadores, em que se avolumam as ameaças contra a democracia e a independência nacional.

O grande sucesso alcançado pelos trabalhadores com a realização deste Congresso, constitui uma nova e poderosa afirmação da unidade e combatividade dos trabalhadores, da sua firme disposição para defenderem e aprofundarem as transformações revolucionárias que abriram ao nosso país e ao nosso povo as perspectivas do Socialismo.

31 de Janeiro de 1977
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Congresso de todos os sindicatos

APROVADAS AS REIVINDICAÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Já aqui nestas páginas, divulgando a preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, fizemos larga referência ao Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses, cujos aspectos essenciais foram mantidos na versão aprovada durante os trabalhos do Congresso. Referimo-nos também, e com o destaque merecido ao Programa de Acção, que, por sua vez, foi aprovado pelos congressistas. O relevo dado a esses dois documentos e ainda ao Projecto de Lei Sindical foi confirmado pela atenção que os trabalhadores dedicaram ao seu estudo e discussão, pelas propostas que sobre eles foram apresentadas e pelas emendas que acabaram por ser introduzidas nas versões aprovadas.

Hoje, terminado o acto final do Congresso, cumpre-nos ainda chamar a atenção para a desusada importância desses documentos fundamentais para o Movimento Sindical, para todo o movimento operário e popular e para todas as forças democráticas.

No Caderno Reivindicativo Imediato, salta aos olhos a importância atribuída às condições de vida da classe operária e de todos os trabalhadores. Salários e preços, contratação colectiva, desemprego e despedimentos, Previdência, saúde, ensino, transportes colectivos, habitação, rendas de casa, e outros problemas que constituem preocupações diárias das massas trabalhadoras são motivo para a apresentação de reivindicações necessárias, muito concretas e possíveis de satisfazer, desde que efectivamente a democracia seja consolidada e se caminhe para o socialismo como manda a Constituição.

PELA MANUTENÇÃO DO PODER DE COMPRA

Os trabalhadores lutam — refere o Caderno — pela aplicação do princípio “para trabalho igual, salário igual”, pondo fim à discriminação designadamente das mulheres e dos jovens; pela actualização regular do salário mínimo nacional de acordo com o aumento do custo de vida, através de negociações com o Movimento Sindical; pelo alargamento progressivo do salário mínimo a todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente os assalariados rurais e domésticos; pela manutenção do poder de compra dos salários, e melhoria nas categorias mais baixas, o que implica a rejeição do projecto governamental que proíbe aumentos globais superiores a 15% que não atende à subida dos preços, nem à situação dos diferentes sectores da Economia Portuguesa; pela

eliminação progressiva das distorções salariais ainda existentes com a rejeição do alargamento dos leques salariais e dos aumentos proporcionais iguais para todas as categorias, como se verifica na tabela salarial imposta pelo Governo à Função Pública; pelo aumento da parte dos salários, directos e indirectos, no Rendimento Nacional; pelo congelamento imediato dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade com a garantia do seu abastecimento; pelo controlo dos preços dos restantes produtos pondo-se cobro à desenfreada actividade especulativa actualmente em curso; pelo reforço da fiscalização, com a participação das organizações de trabalhadores e populares de base, para que as tabelas oficiais de preços sejam efectivamente cumpridas; pela racionalização dos circuitos de distribuição de forma a serem eliminados os intermediários parasitas que exploram tanto os consumidores como os pequenos e médios produtores e pelo pleno aproveitamento da parte da rede de distribuição controlada pelo Estado; pela participação do Movimento Sindical na definição e controlo do Índice de Preços no Consumidor do “Cabaz de Compras”.

PELA APLICAÇÃO UNIVERSAL DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

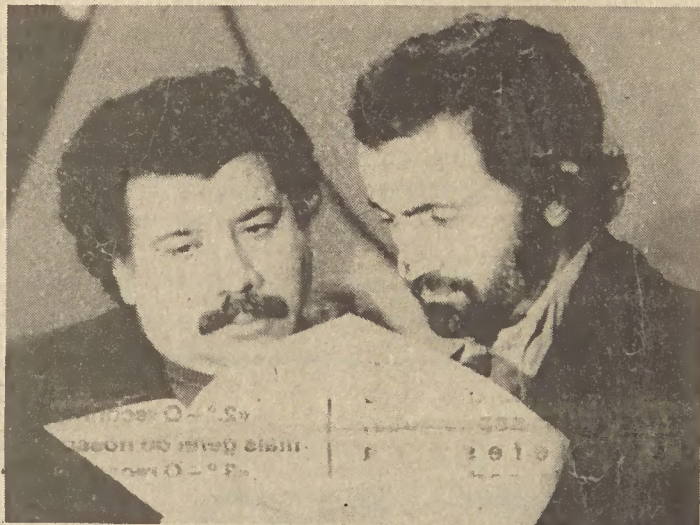
Quanto à contratação colectiva, o Caderno Reivindicativo Imediato (CRI) exige, nomeadamente, o seu descongelamento e a liberdade de os trabalhadores a exercerem sem qualquer discriminação. Os trabalhadores lutam “pela aplicação universal dos CCT (Contratos Colectivos de Trabalho) e processo comum de negociação, só sendo de admitir a autonomização nas empresas nacionalizadas com a concordância dos Sindicatos e Trabalhadores interessados” — refere ainda o CRI que, acerca das condições sociais de vida das massas trabalhadoras acrescenta:

“Os trabalhadores lutam: pela gestão democrática da Segurança Social, com a participação do Movimento Sindical; por medidas efectivas que obriguem os patrões a pagar as dívidas à Previdência; pela actualização das reformas e extensão da pensão social; pela melhoria dos serviços e mais rápido pagamento dos subsídios; pela comparticipação e aumento progressivo da parte do Estado nas despesas, médico-sociais, a fim de libertar a Previdência destas despesas; pela gestão integral do INATEL pelo

Movimento Sindical; pela construção de habitações sociais destinadas, em primeiro lugar, aos habitantes de barracas, de partes de casa e de casas degradadas; por uma política de rendas de casa que ponha fim à especulação desenfreada e que garanta efectivamente o direito à habitação, nomeadamente dos que procuram casa pela primeira vez; pela melhoria de serviços e congelamento dos preços dos transportes colectivos; por esquemas de apoio aos trabalhadores-estudantes e garantia de formação profissional; pela revisão da legislação sobre Higiene e Segurança do Trabalho, nomeadamente a Lei 2127”.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS E O ENCERRAMENTO DE EMPRESAS

É condenada frontalmente a política de recuperação capitalista. O CRI opõe-se, em



Dois membros do novo Secretariado Nacional da CGTP-IN, José Luis Judas e Kalidas Barreto, trocam impressões durante os trabalhos do Congresso

termos claros, à “criação de um ‘exército de reserva’ de mão-de-obra barata e dócil perante a exploração e a opressão capitalistas”.

Os trabalhadores lutam — acrescenta o CRI — pelo fim à chantagem das multinacionais que visam promover despedimentos em massa; pelo combate aos despedimentos colectivos, ao encerramento de empresas e a todas as formas de sabotagem económica do capital nacional ou internacional; pelo apoio do aparelho de estado e do Governo a todas as iniciativas dos trabalhadores que visem a manutenção ou a criação de postos de trabalho a exemplo da realização histórica da Reforma Agrária; por uma política de investimentos que reabsorva o elevado número de desempregados; pelo apoio à indústria nacional, nomeadamente a pequenas e médias empresas afectadas por restrições às importações de forma a substituir planificadamente importações; pela actualização e extensão a todos os desempregados do subsídio de desemprego; pela eliminação das situações de semiemprego e pluriemprego; pela proibição de reduções da semana de trabalho ou de salários, devendo ser revogados os Decretos-Leis N.ºs 530/76 e 864/76; pelo combate aos despedimentos sem justa causa e aos despedimentos repressivos contra dirigentes, delegados e outros quadros e activistas sindicais e operários, impondo-se a reintegração imediata de todos os trabalhadores perseguidos pela repressão patronal e capitalista; pela revogação das leis que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego tais como o Decreto-Lei 841-C/76 (que liberaliza os despedimentos sem justa causa), do Decreto-Lei 781/76 (sobre contratos a prazo) e do Decreto-Lei N.º 294/76 (que criou o quadro geral de adidos da Função Pública); pela publicação de legislação que dê aplicação à proibição constitucional dos despedimentos sem justa causa e permita o controlo efectivo dos motivos e processos de

despedimentos pelas organizações de classe dos trabalhadores.

CONTROLO OPERÁRIO EM TODAS AS EMPRESAS

Largo espaço é também ocupado no CRI com a defesa das maiores conquistas da Revolução. Controlo operário, empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, cooperativas e empresas geridas pelos trabalhadores, Reforma Agrária, desenvolvimento económico em geral e direitos constitucionais são assuntos apresentados na sua perspectiva justa, que é sempre a do progresso social e da manutenção das liberdades democráticas ao serviço da maioria da população constituída pelas massas trabalhadoras.

Acerca do controlo operário, o CRI assinala que os trabalhadores lutam: por condições que permitam

preços compensadores para os produtos agrícolas e garantia da sua compra por organismos oficiais; pelo controlo dos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas por associação de produtores, por associações de consumidores e pelo Estado”.

Depois das decisivas reivindicações no campo do desenvolvimento económico, nomeadamente, por uma “política de substituição de importações e de reconversão dos sectores em crise, que assegure emprego aos trabalhadores, garanta o aumento da produção nacional e leve a uma rápida diminuição do gigantesco ‘déficit’ da nossa balança de pagamentos, o CRI afirma que os trabalhadores lutam por uma política económica assente essencialmente no esforço nacional, e não no recurso desenfreado dos empréstimos externos que hipotecam não só as nossas reservas de ouro, mas também a nossa Independência Nacional; por um desenvolvimento económico e social rumo ao socialismo, assente fundamentalmente no sector não capitalista da nossa Economia (empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado, Unidades Colectivas de Produção e cooperativas agrícolas e industriais); pela elaboração rápida dos verdadeiros Planos Económicos, a curto, a médio e a longo prazo, baseados na ampla e efectiva participação organizada dos trabalhadores a todos os níveis, os quais tornem a mobilização total dos recursos e da capacidade produtiva nacionais visando a construção de uma Sociedade liberta da exploração do homem pelo homem; pela constituição e funcionamento dos órgãos de planeamento a nível nacional, regional e sectorial, nomeadamente do Conselho Nacional do Plano, com a participação do Movimento Sindical; pela discussão e aplicação dos planos de reconversão dos sectores e empresas apresentadas pelos trabalhadores.

PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA CONSTITUIÇÃO

As leis que defendem os direitos e os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras em geral são alvo de reivindicações que reafirmam, como, aliás, as restantes, o prosseguimento da luta para que seja cumprida integralmente a Constituição, nomeadamente no que respeita à participação organizada dos trabalhadores na elaboração das leis relativas aos seus direitos e interesses, combatendo sempre o objectivo reacção de os esvaziar do seu conteúdo democrático e progressista.

Os trabalhadores lutam — reafirma o CRI — pela revogação, revisão ou não promulgação da legislação antioperária e inconstitucional já publicada ou aprovada pelo Governo (despedimentos e contratos a prazo; contratação colectiva; empresas em “crise”; política de salários; quotização sindical, etc.); pela reforma da Inspeção e dos Tribunais de Trabalho e participação do Movimento Sindical no controlo e fiscalização do cumprimento das leis de trabalho e dos CCT; por legislação que permita a rápida resolução dos conflitos de trabalho; pelo cumprimento do Artigo 40.º da Constituição que garante ao Movimento Sindical o direito de antena na RTP e RDP; pela aplicação e garantia de direitos iguais para os trabalhadores do Continente e das Ilhas dos Açores e Madeira, contra a discriminação reacçãoária e separatista; pela participação do Movimento Sindical nos Acordos de Emigração; por legislação que proíba a imprensa e as agências fascistas, dando cumprimento ao princípio constitucional consagrado no art.º 46.º n.º 4 da Constituição”.

DEFESA E PROSSEGUIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

“Os trabalhadores lutam — acrescenta o CRI — pela defesa e prosseguimento da Reforma Agrária; pela continuação das expropriações na zona de intervenção da Reforma Agrária; pelo não pagamento de indemnizações aos grandes agrários e aos sabotadores; pelo fim das desocupações e das desanexações que não tenham o acordo dos trabalhadores; pela aplicação integral da Lei do Arrendamento Rural; pelo apoio técnico e financeiro do Estado às Cooperativas, Unidades Colectivas de Produção e pequenos e médios agricultores, visando a manutenção ou a criação de postos de trabalho e o aumento da produção; pela fixação pelo Estado antes da colheita, de

AS TAREFAS PRIORITÁRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL

«O processo de preparação do Congresso de Todos os Sindicatos demonstrou que os trabalhadores estão seriamente preocupados com a actual situação do País e vitalmente interessados na resolução dos grandes problemas existentes» — assinala a Resolução do Congresso de Todos os Sindicatos ao definir as tarefas prioritárias do Movimento Sindical que, segundo aquele importante documento são as seguintes:

— **Reforçar a luta contra a actuação reacçãoária do patronato.**

A nível das empresas, combater as tentativas de despedimentos, a repressão patronal, a devolução de empresas aos sabotadores e a reintegração dos fascistas.

A nível da Contratação Colectiva, desenvolver formas de luta mais avançadas que a descongelem, discutindo amplamente com os trabalhadores as mais adequadas aos objectivos e à situação, reforçando a solidariedade e adoptando formas de coordenação entre os diversos sectores.

— **Desenvolver o Controlo Operário e defender o sector não capitalista da economia.**

Apolar a actividade do controlo operário, nas empresas e sectores, lutar pela consagração de uma lei que o garanta, apresentar propostas concretas de reconversão de empresas e reestruturação de sectores.

Divulgando amplamente as experiências existentes e mostrando a grande importância desta tarefa, o Movimento Sindical conseguirá ganhar todos os trabalhadores para esta importante frente de luta e contribuir para o desenvolvimento económico independente, virado para a satisfação das necessidades populares.

— **Defender firmemente a Reforma Agrária.**

Divulgar as informações sobre a Reforma Agrária e os seus resultados positivos (aumento de produção, diminuição do desemprego, alteração das relações de produção no campo). Denunciar as arbitrariedades cometidas contra a Reforma Agrária. Reforçar a solidariedade de classe com os trabalhadores agrícolas, nomeadamente, através de formas concretas de apoio (recolha de fundos, jornadas de trabalho, compra directa dos produtos às Unidades Colectivas e Cooperativas).

— **Lutar pela revogação da legislação antioperária e inconstitucional.**

Discutir amplamente os princípios fundamentais que os diplomas devem conter, respeitando a Constituição, e informar sempre os Órgãos do Poder das posições tomadas e exigir que deixem de vigorar, ou sejam alterados, os diplomas contestados.

Lutar contra as tentativas de aplicação dos diplomas inconstitucionais, desenvolvendo as formas de luta necessárias e que a situação permita e aconselhe.

— **Reforçar a organização sindical a todos os níveis.**

Fortalecer a democracia interna do Movimento Sindical e alargar a rede de delegados sindicais. Reforçar o funcionamento da estrutura sindical, nomeadamente a nível regional e nos locais de trabalho.

Levar à prática as formas de reestruturar e fortalecer a organização sindical. Dinamizar a imprensa sindical e criar as condições para a formação de quadros sindicais. Reforçar o carácter de massas do Movimento Sindical, quer na determinação dos objectivos quer nas formas de luta.

— **Lutar pela satisfação do Caderno Reivindicativo aprovado pelo Congresso.**

Divulgar amplamente o Caderno Reivindicativo e discutir com os trabalhadores as formas de o levar à prática. Apolar clara e firmemente as acções do novo Secretariado com este objectivo, nomeadamente na sua discussão com o Governo e os Órgãos do Poder. Unir na acção pelos objectivos concretos definidos todos os trabalhadores e todas as Associações Sindicais.

O ENCERRAMENTO DO CONGRESSO FOI UMA VIBRANTE MANIFESTAÇÃO DE CONFIANÇA NA VITÓRIA

Uma multidão que encheu por completo o Pavilhão dos Desportos, no último domingo, viu com os seus olhos e manifestou em voz bem alta o sentimento que comanda, ao lado da prática de todos os dias, a actuação do Movimento Sindical português. Unidade foi esse sentimento e essa prática. Foi a voz mais ouvida, a palavra de ordem que não verga. Unidade foi a grande resolução do Congresso de Todos os Sindicatos.

Quatro dias, com sessões de manhã, à tarde e à noite, na assiduidade de quem cumpre horários todos os dias, culminaram no domingo com a alegria da tarefa bem cumprida, com a certeza de se ter dado um passo gigantesco na via traçada e defendida pela preparação de um Congresso, cujo acto final trouxe à luz os resultados de um trabalho profundo e muito amplo de onde nenhum trabalhador foi afastado.

Congresso da unidade, a histórica assembleia do Pavilhão dos Desportos foi também um Congresso de luta. As dificuldades a enfrentar não foram escondidas. Mas, como foi assinalado no comício de domingo, “durante a discussão preparatória do Congresso e nos trabalhos que hoje terminam, os trabalhadores

definiram com notável clareza a alternativa democrática e progressista para a actual situação portuguesa”.

E isso porque o Congresso de Todos os Sindicatos não se subordinou apenas ao fortalecimento da unidade interna. Ao fortalecer essa unidade, é para a unidade de todas as forças democráticas que ele aponta como necessidade inadiável. “O Congresso de Todos os Sindicatos, realizado num momento importante da vida portuguesa, tem já reflexos da máxima importância em todos os domínios. O nosso Congresso reforçou a unidade dos Sindicatos, dos trabalhadores, lembrou aos nossos inimigos e a nós próprios a força destrutiva da unidade”, sublinhou um membro do Secretariado na sua intervenção final.

As vozes cadenciadas das vivas à unidade, dos vivas que encheram o Pavilhão dos Desportos, consagram grandes esforços e uma luta constante. Mas são também uma hipoteca para o futuro. “É preciso continuar o Congresso no dia-a-dia, abertos ao diálogo com os que hoje não quiseram estar connosco, demonstrando-lhe pela nossa prática democrática que a unidade é possível”.

afirmaria um outro membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN, durante as intervenções de domingo.

Congresso de unidade e de luta, os documentos nele aprovados, todos eles, incluindo propostas e moções, cobrem praticamente de uma ponta a outra a realidade nacional. E é a partir dessa realidade, da sua análise feita em milhares de reuniões por todo o País, em milhares de propostas de emendas aos documentos básicos do Congresso, que as reivindicações foram votadas para que se realizem e surjam na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, na consolidação da democracia e no avanço para o socialismo.

A Festa que foi o encerramento do Congresso de Todos os Sindicatos não fez esquecer, antes lembrou com a força redobrada as lutas a empreender. Mas deixou também no ânimo de todos os defensores da unidade a confiança na vitória — uma confiança legítima, bem patente na afirmação unânime de que os trabalhadores defendem interesses comuns na certeza de que é sempre maior aquilo que os une do que aquilo que pretende ser capaz de dividi-los.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade

Partido Comunista Português
Av. António Serra, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 772284

Administração

Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725-769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praça Portugal — Baixa da Banheira, Tel.: 2040653

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaravoa de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787

Publicidade

R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: Capital — Rua do Norte — Bairro Alto

Composto e Impresso na Hesta Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média no mês de Janeiro — 78 725 ex.

Congresso de todos os sindicatos

UMA REALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Apelo veemente para que a batalha central pela unidade prossiga com espírito aberto, grande solidariedade de classe e serena firmeza

Pela sua preparação ampla, democrática e unitária, pela importância das suas conclusões e decisões, o Congresso de Todos os

Sindicatos representa uma assinalável realização histórica dos trabalhadores portugueses, na defesa e alargamento da sua

unidade, na valiosa confirmação do seu papel determinante em defesa das conquistas da Revolução portuguesa, na afirmação vigorosa de

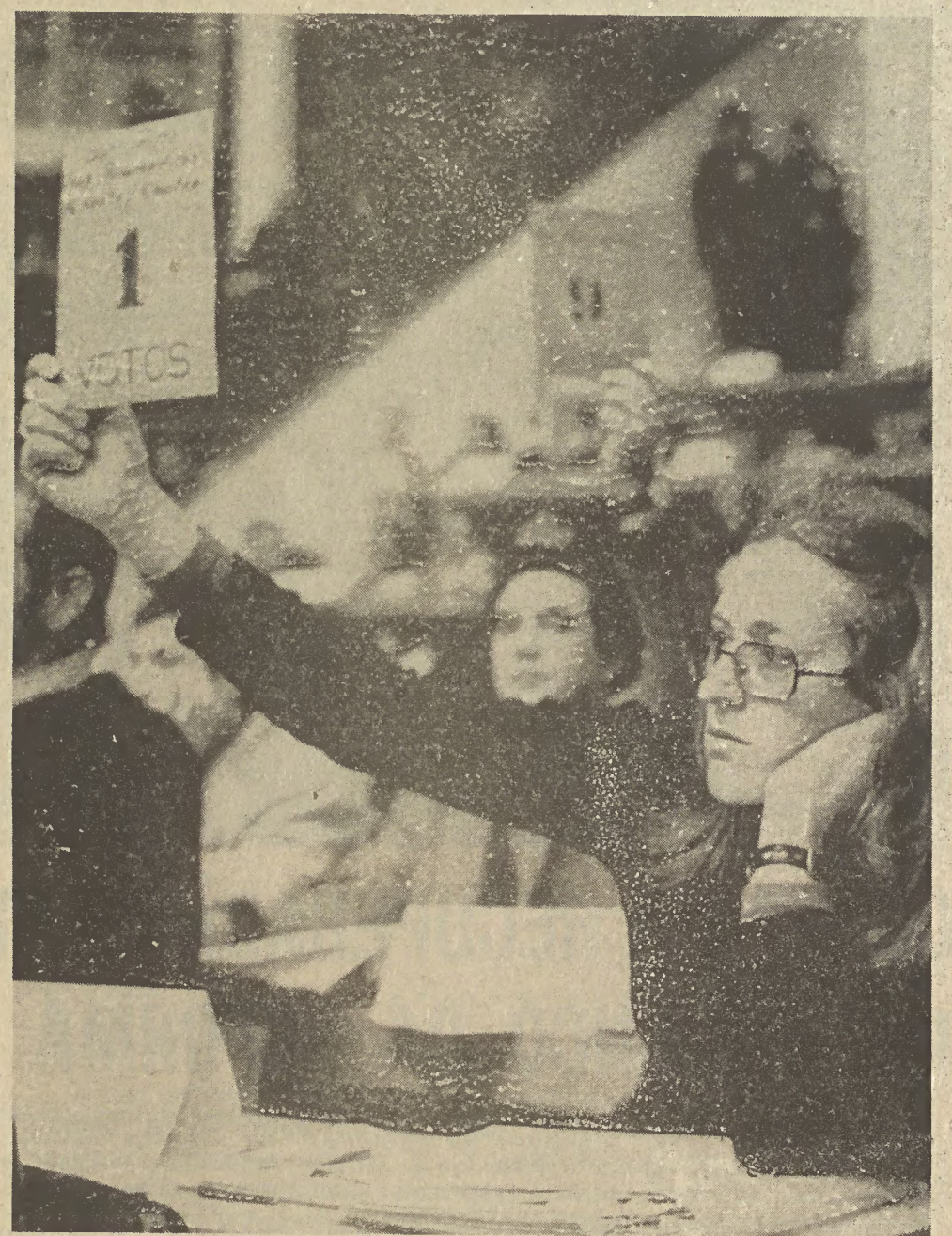
que só com os trabalhadores, e nunca contra eles, é possível dar resposta aos mais prementes problemas nacionais — assinalam

a CNOC e a Mesa do Congresso num Manifesto aos Trabalhadores Portugueses.

Depois de sublinhar o papel histórico dos trabalhadores organizados na resistência ao fascismo, a sua intervenção decisiva na defesa e prosseguimento da Revolução, «a combativa disposição de defenderem intransigentemente os seus direitos e conquistas», o Manifesto prossegue:

Realizando-se sob a bandeira da unidade, da combatividade, da luta e da esperança, o Congresso de Todos os Sindicatos saúda calorosamente todos os trabalhadores portugueses que, nas suas fábricas, nos campos, nas oficinas, no mar, nas minas, nos escritórios, em toda a parte, com o seu esforço e trabalho, defendem as conquistas do presente e erguem os alicerces do futuro.

O Congresso de Todos os Sindicatos lança um veemente apelo a todos os trabalhadores portugueses para que prossigam, com espírito aberto, grande fraternidade de classe e serena firmeza, a batalha central pela sua unidade em torno dos seus interesses vitais, pela realização das suas principais aspirações, pela defesa da democracia portuguesa, pela construção em Portugal de uma sociedade onde seja banida definitivamente a exploração do homem pelo homem e onde o bem-estar e o progresso económico, social e cultural seja uma realidade concreta e vivida por todos os portugueses.



AS MULHERES TRABALHADORAS COM O CONGRESSO NA UNIDADE

Saudando fraternalmente o Congresso de Todos os Sindicatos, o Departamento das Mulheres Trabalhadoras da Intersindical, em nome das mulheres trabalhadoras portuguesas, lembra os objectivos do seu primeiro Encontro Nacional de 24 de Julho de 1976 e reafirma:

- «1.º — O reconhecimento de que o direito das mulheres ao trabalho e a prática deste direito, sem qualquer discriminação, exige não só uma política que tenha em conta os interesses gerais dos trabalhadores portugueses, mas também não é possível a sua realização sem que estejam asseguradas as liberdades, as conquistas alcançadas e a Democracia;
- «2.º — O reconhecimento de que os problemas das mulheres se enquadram na luta mais geral do nosso Povo pela construção de uma sociedade mais justa;
- «3.º — O reconhecimento de que nas fábricas, nos campos e em todos os locais de trabalho se encontra mais desenvolvida a luta dos trabalhadores, e, por isso, menos discriminações existem entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher;
- «4.º — O reconhecimento de que ao Movimento Sindical Unitário cabe um importante papel no esclarecimento, na organização e na mobilização das mulheres trabalhadoras com vista à sua integração na luta mais vasta que é a luta de todos os trabalhadores portugueses: a Unidade;
- «5.º — É tarefa do nosso Movimento Sindical Unitário desenvolver todos os esforços e lutar no sentido da resolução dos mais importantes problemas que afligem a mulher no trabalho, caso das discriminações salariais, do acesso e direito ao trabalho, da segurança social e maternidade, da valorização e formação profissional e cultural.»

O QUE NOS CABE DEFENDER PARA MELHORAR E PROGREDIR

Os objectivos da CGTP-IN são bem claros e acessíveis. Tê-los sempre presentes e defendê-los, na unidade e no esclarecimento, foi tarefa e luta de muitos anos (e duros) para grande parte dos trabalhadores portugueses de todos os ramos de actividade. Hoje, cada vez são mais os trabalhadores conscientes dos seus direitos e deveres. E estão prontos a chamar a si, eles também, as tarefas e as lutas de hoje, pois sabem que o Movimento Sindical é um movimento de massas com objectivos comuns para a salvaguarda, a consolidação e o avanço de direitos e interesses comuns.

Para eles chama a atenção o artigo 9.º dos Estatutos da CGTP-IN:

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional tem por objectivo, em especial:

- a) Organizar os trabalhadores para a defesa, por

todos os meios ao seu alcance, dos seus interesses colectivos;

b) Promover, organizar e apoiar acções conducentes à satisfação das reivindicações dos trabalhadores, de acordo com a sua vontade democrática, inseridas na luta geral de todos os explorados;

c) Alicerçar a solidariedade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência sindical e política;

d) Lutar pela emancipação da classe trabalhadora e a construção da sociedade sem classes;

e) Desenvolver os contactos e/ou a cooperação com as organizações sindicais dos outros países e, consequentemente, a solidariedade entre todos os trabalhadores do mundo com respeito pelo princípio da independência de cada organização sindical.

Nós, trabalhadores, não estamos dispostos a andar para trás!

Lutamos para que as portas abertas pelas nossas mãos não sejam fechadas nunca mais pelas nossas inimigas de classe!

O futuro é nosso!

E o futuro, camaradas, constrói-se com os pés bem assentes na terra e no presente, em unidade, em democracia, na análise conjunta dos problemas comuns, em acção unitária e de massas.

Os representantes dos trabalhadores traçaram neste Congresso as linhas de acção do Movimento Sindical, dos trabalhadores portugueses, contra a recuperação capitalista, agrária e imperialista (da intervenção final feita em nome do Secretariado Nacional da CGTP-IN).

O nosso trabalho não acaba com o Congresso!

De certo modo, podemos afirmar que as grandes tarefas de defesa, consolidação e avanço das conquistas revolucionárias estão para vir!

Somos nós, camaradas, os principais responsáveis pela aplicação prática das decisões do Congresso nas empresas, nos sectores, nos sindicatos, em todo o País.

Da nossa capacidade de mobilização dos trabalhadores, da nossa capacidade de ganhar para o trabalho unitário, para o trabalho de massas, os trabalhadores e os sindicatos ainda não integrados na grande frente de luta contra o capital e a reacção, depende a continuação do êxito deste Congresso na luta diária! (Da intervenção final feita em nome do Secretariado Nacional da CGTP-IN).

«O CONGRESSO DEVE SER UM INCENTIVO PARA CHAMAR OS QUE SE AFASTARAM» — afirmou-nos um sindicalista do Funchal

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Funchal não está filiado na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, o que não constituiu impedimento para participar no Congresso de Todos os Sindicatos. Aproveitando uma pausa nos trabalhos do Congresso, Diamantino Alturas, o presidente do Sindicato, começou por nos afirmar:

«Acho que o Congresso tem estado a decorrer bastante bem e suponho que deve ser um incentivo para chamar aqueles sindicalistas que andavam afastados dos sindicatos e do movimento sindical».

Referindo que não há ninguém que não erre manifestou a sua esperança em que o novo Secretariado eleito «olhe para o passado e corrija os erros, o que não é difícil. Estou convencido que no futuro haverá mais sindicatos que aderirão, pois só uma central única e com pessoas devidamente competentes para representarem a classe operária poderá levar de vencida a investida das forças reacçãoárias».

E Diamantino Alturas continuou:

«O movimento sindical recuou um pouco pois os sindicalistas pensavam que a Revolução estava ganha e não restava mais nada a fazer. A verdade é que a direita atacou e estamos agora a recuperar aquilo que não devíamos ter deixado fugir».

Antes de se referir à situação presente na Madeira, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil apelou para que o novo Secretariado «não se esqueça de, no futuro, promover reuniões a nível dos arquipélagos, para que os trabalhadores não pensem que foram só palavras e sintam que uma central única é realmente para a defesa dos seus interesses».

MUITA CORAGEM PARA ACTUAR

«Para os sindicalistas que aqui estão das ilhas

— continuou Diamantino Alturas — o Congresso de Todos os Sindicatos vai ter muita influência visto que naquelas regiões o trabalho sindical é bastante difícil e é preciso muita coragem para actuar».

Recordando as pressões que se fazem sentir por parte não só dos patrões, mas da própria clero, das forças da FLAMA e da própria CIA — «que reúne nos hotéis do Funchal como temos conhecimento» — acrescentou:

«O sindicalista que vem das ilhas vem traumatizado. Nem em casa pode estar sossegado e é vigiado nas ruas. É preciso coragem para estar aqui, para não falar das despesas que fazemos para estarmos em Lisboa».

Por último recordou que se não fora o Sindicato da Construção Civil na Madeira já a FLAMA teria o dobro da força ou controlaria mesmo a ilha mercê dos apoios e facilidades com que conta mesmo a nível oficial.

RESPEITO MÚTUA PELAS OPINIÕES

Ouvimos depois Alvaro Branco, do Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, que começou por dizer:

«A organização do Congresso é impecável e tem havido muitas intervenções para discussão dos problemas expostos. Da salientar também a forma correcta e o respeito mútuo pela opinião de cada um. Tem surgido opiniões discordantes mas isso, quanto a mim, é natural e a Comissão de Redacção tem contemplado posições postas por sindicatos que na maioria das vezes estão em discordância com a maioria».

«De acordo com o que me

tem sido dado apreciar parece-me que os sindicatos estão de braços abertos para receberem todos os que se afastaram e os sindicatos da «Carta Aberta» estão alimentados de um espírito de defesa das classes trabalhadoras, mais tarde ou mais cedo se juntarão ao grosso dos trabalhadores para que numa unidade se caminhe contra aqueles que estão contra os nossos interesses de classe».

Considerando que a tarefa central do movimento sindical neste momento é levar à prática as decisões do Congresso, Alvaro Branco apontou as tarefas prioritárias:

— reforçar a luta contra a actuação reacçãoária do patronato;

— desenvolver o controlo operário e o sector não-capitalista da economia;

— defender firmemente a Reforma Agrária;

— lutar pela revogação da legislação antioperária e inconstitucional;

— reforçar a organização sindical a todos os níveis;

— e lutar pela satisfação do Caderno Reivindicativo aprovado pelo Congresso.

Antes de terminar apelou para que todos os trabalhadores reforcem a sua unidade combatendo todas as tentativas divisionistas (dentro das empresas e fora delas) e se unam na luta contra o inimigo principal (a reacção e o grande patronato aliado do imperialismo) «porque só assim conseguiremos vencer».

E afirmou, por último:

«Este Congresso tem demonstrado a isenção dos propósitos dos seus organizadores, bem realçado aliás com a eleição do novo Secretariado, onde surgem pessoas de várias tendências».

UNIDADE E UNICIDADE: PRINCÍPIO E FORMA DE O CONSAGRAR

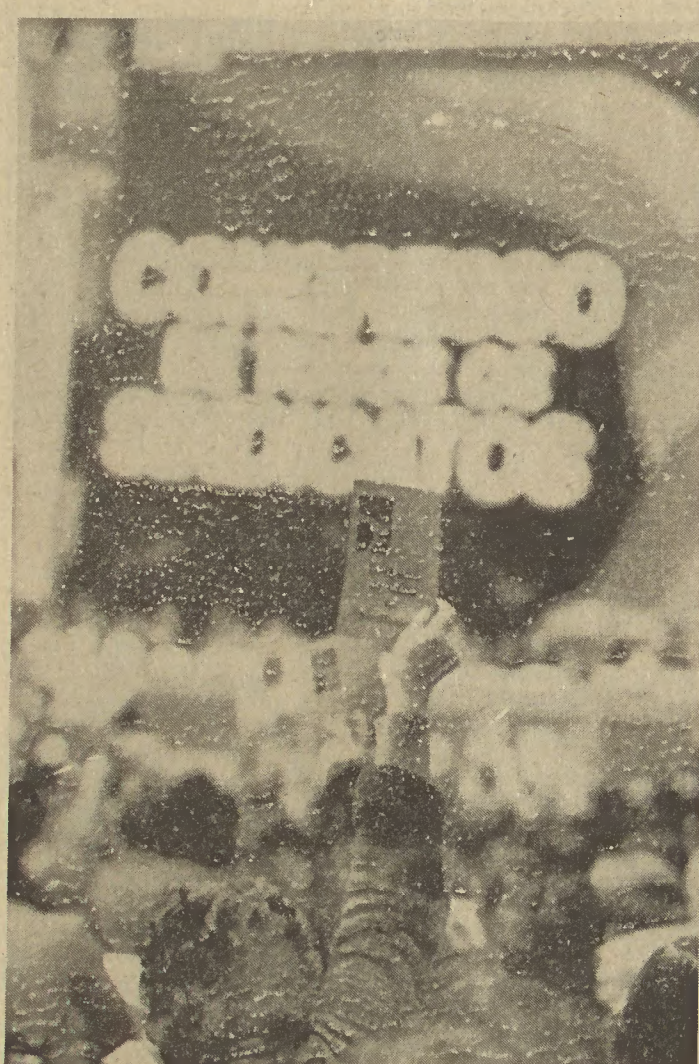
Acerca desta questão, a Comissão Nacional Organizadora (CNOC), na sua intervenção sobre os Estatutos, durante os trabalhos do Congresso, afirmou:

«É importante assinalar aqui que foi preocupação dominante encontrar formulações para os princípios fundamentais sobre os quais todos possamos estar de acordo e que permitam que todos se possam filiar na Confederação. Na realização deste objectivo está a nossa força, a força do Movimento Sindical Unitário.

«No entanto, houve propostas no sentido de pormos como princípio fundamental a unidade e não a unidade. Estas propostas não foram consideradas por duas ordens de razões: a primeira, porque a unidade não é nenhum princípio, mas a forma de consagração de um princípio. A segunda, porque, nas

condições actuais e após a entrada em vigor da Constituição, existe uma impossibilidade real de vermos consagrada na lei a unidade. Mas consideramos que, mesmo apesar disso, a Constituição é, no essencial, favorável aos trabalhadores, aos seus objectivos e à sua luta, e por isso a defendemos.

«A defesa da unidade é, apenas, a defesa de que a unidade pela qual lutamos, deverá estar garantida na lei. Portanto, o princípio em causa e fundamental para nós é o da unidade do qual não abdicamos, pelo qual lutamos e que reconhecemos como condição indispensável para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem. E, por isso, se vai mais longe na sua formulação. Por isso se defende a necessidade do combate a todas as acções que possam dividir os trabalhadores».



Congresso de todos os sindicatos



CONTRA A RECUPERAÇÃO LATIFUNDISTA PELO AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA

Numa moção de apoio à Reforma Agrária, o Congresso de Todos os Sindicatos repudia «energicamente a política repressiva, demagógica e de recuperação latifundista, levada a efeito pelo Ministério da Agricultura», e exige, nomeadamente, que «se ponha termo à entrega arbitrária de reservas dentro das UCP e que quaisquer reservas que devam ser entregues o sejam de acordo com a lei e sempre com a participação activa dos trabalhadores, através das suas organizações».

Depois de lembrar que «a Reforma Agrária é a maior conquista dos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril» e que «a sua defesa só poderá ser feita por toda a classe trabalhadora unida», a moção acrescenta que «as forças reacçãoárias, agrupadas na CAP e com a cobertura do actual Ministério da Agricultura, lançam neste

momento os mais violentos ataques às unidades colectivas de produção e sindicatos», tentando «desesperadamente lançar os pequenos agricultores, rendeiros e seareiros contra os trabalhadores, oferecendo-lhes demagogicamente as terras dentro das UCP, esquecendo-se de que estes são os aliados naturais dos trabalhadores, que sofreram como eles na carne os efeitos da brutal exploração levada a cabo pelos grandes latifundiários».

Assim, o Congresso reclama ainda:

«Que se ponha termo à política de desanexações oportunistas promovidas pelos organismos burocráticos do Ministério da Agricultura;

«Que se processem as expropriações dos 700 000 hectares que ainda estão em mãos dos agrários e que nessa área se promova

a organização de Cooperativas de pequenos agricultores, rendeiros e seareiros, bem como de outras UCP;

«Que sejam concedidos, de acordo com o estabelecido na Constituição, créditos de campanha, a médio e longo prazo aos trabalhadores das UCP, pequenos agricultores, rendeiros e seareiros, que permitam o desenvolvimento progressivo da nossa economia agrícola;

«Que se ponha termo à entrega indiscriminada de indemnizações e subsídios aos grandes agrários parasitas;

«Que o Estado assegure, tal como está consignado na Constituição, o escoamento dos produtos garantindo, no

início de cada campanha, preços justos e compensadores aos trabalhadores da terra.

«Que se assegure aos trabalhadores do campo uma digna assistência médica e social até hoje inexistente»;

«Que o Estado promova o cumprimento integral da Lei do Arrendamento Rural pelo qual as Ligas dos pequenos e médios agricultores, o MARN e outros movimentos de agricultores rendeiros e seareiros se têm batido em todo o País;

«Que o Estado promova incompatível com a situação democrática que se vive em Portugal, a organização fascista dos grandes agrários denominada CAP.»

SAUDAÇÕES FRATERNAS ENVIADAS AO CONGRESSO

Associações sindicais de todo o mundo fizeram chegar ao Congresso de Todos os Sindicatos os votos de pleno êxito e as saudações fraternas da solidariedade e classe para com os trabalhadores portugueses e para com a sua luta pela unidade.

Saudaram o Congresso, os delegados e os trabalhadores portugueses, entre muitas e muitas associações, o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, Federação Sindical Mundial (FSM), Confederação dos Sindicatos Livres da RDA (FDGB), Movimento Sindical Revolucionário da Checoslováquia (ROH), Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), Federação dos Sindicatos do Vietname, CGT (França), Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), Confederação Sindical do Iraque, Central Sindical da Finlândia (SAK), Confederação Mundial do Trabalho (CMT), Comissões Obreras de Espanha, Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública (FSM), Central Unitária dos Trabalhadores da Venezuela, e muitas outras organizações de trabalhadores, incluindo associações de trabalhadores portugueses no estrangeiro.

De uma lista com centenas de organizações e grupos de trabalhadores nacionais que, por sua vez, saudaram o Congresso e a ele enviaram moções de apoio, destacam-se organizações da juventude, das mulheres trabalhadoras, comissões de trabalhadores e comissões sindicais. Uma saudação fraternal foi também recebida da parte de associados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

PROJECTO DE LEI SINDICAL

Numa declaração de princípios sobre a Lei Sindical, aprovada na 7.ª sessão do Congresso de Todos os Sindicatos, a Comissão Organizadora (CNOC) reafirmava que «o projecto a elaborar deve limitar-se a consagrar princípios comuns e universalmente aceites no plano sindical. Estes princípios são incompatíveis com qualquer pretensão ingerência governamental, seja a que título for, ainda que a pretexto da própria organização sindical. Do nosso ponto de vista — acrescentava a declaração — a lei sindical deve tão somente consagrar a própria liberdade sindical, o princípio da autonomia e o exercício da actividade sindical nos locais de trabalho (nomeadamente, o direito de reunião, o direito de propaganda, os direitos dos dirigentes e delegados sindicais, etc.)». Foi no respeito por esses princípios que o Projecto de Lei Sindical foi aprovado pelo Congresso de Todos os Sindicatos para ser submetido à Assembleia da República.

O direito de associação sindical é reconhecido e assegurado a todos os trabalhadores e a todos os níveis de organização. No entanto, e sem contrariar o que a Constituição dispõe sobre

o assunto, procurou-se evitar que a lei de algum modo facilite a pulverização das associações sindicais. Procedeu-se também no sentido de a constituição de associações sindicais reflectir a vontade colectiva de um número significativo de trabalhadores, por forma a preservar a sua unidade, que é elemento essencial na defesa dos seus interesses.

livremente se inscrever num sindicato e dele se retirar em qualquer momento. Nenhum trabalhador pode ser obrigado a descontar para sindicato em que não esteja inscrito.

As associações sindicais é ainda garantido o direito de se filiarem em associações ou organizações sindicais internacionais, podendo manter relações e cooperar com elas.

qualquer interferência externa, o processo de cobrança das quotas sindicais dos trabalhadores seus sindicalizados ou de outras associações suas filiadas».

O Projecto consagra, por outro lado, como princípio fundamental, a independência das associações sindicais perante o Estado, os partidos políticos, as entidades e associações patronais e as instituições religiosas.

Como sublinha o preâmbulo do documento, «proíbe-se, também, a prática de qualquer acto que vise subordinar o emprego do trabalhador à sua filiação ou não num sindicato, o despedimento sem justa causa e, em geral, qualquer acto que vise impedir ou dificultar o exercício da actividade sindical».

O Projecto, que consagra a aplicação da lei a todos os trabalhadores sem qualquer discriminação, mantém os direitos já alcançados quanto ao exercício da actividade sindical nos locais de trabalho, objectivo pelo qual os trabalhadores continuam a lutar em muitas empresas.

Por seu lado, esses direitos, como direitos mínimos que são, podem ser alargados, segundo o Projecto, por meio das convenções colectivas de trabalho, «em função das capacidades económicas do sector e da capacidade de luta dos trabalhadores».

- Proibidas as ingerências
- Salvaguardados os princípios
- Garantido o exercício da actividade sindical nos locais de trabalho

SÓ AOS SINDICATOS COMPETE DECIDIR SOBRE QUOTIZAÇÃO

O Projecto de Lei, fortalecendo o Movimento Sindical contra ingerências abusivas, reafirma que «compete exclusivamente às associações sindicais determinar o valor da quotização, bem como decidir e estabelecer livremente, sem

UM SECRETARIADO NACIONAL MAIS NUMEROSO E REPRESENTATIVO

Eleito sem nenhum voto contra e com 87% do total dos votos, o Secretariado Nacional da CGTP-IN (25 membros efectivos e 10 suplentes) ficou assim constituído:

MEMBROS EFECTIVOS:

JOSÉ LUIS JUDAS — Secretariado da Intersindical; LUÍS MARIA KALIDÁS COSTA BARRETO — Sindicato Livre do Pessoal da Ind. de Lanifícios do Distrito de Leiria e Coimbra; ÁLVARO FERNANDES RANA — Secretariado da Intersindical; ALICE CARVALHO NORUEGAS DA ROCHA — Sindicato dos Trab. da Hoteleira, Turismo, Rest. e Similares do Sul; JOAQUIM MENDES DOS SANTOS CALHAU — Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra; MANUEL ANTÓNIO TEIXEIRA DE FREITAS — Sindicato dos Trab. Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro; MANUEL CORREIA LOPES — Sindicato dos Trab. Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul; ARMANDO TEIXEIRA DA SILVA — Sindicato dos Trab. Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real; JOSÉ ANTÓNIO SANTANA COSTA — Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Of. Correlativos do Dist. Coimbra; JOSÉ ERNESTO RIBEIRO CARTAXO — Sindicato dos Trab. da Ind. Metalúrgica e Metal-Mecânica do Distrito de Lisboa; GUALDINO CARDOSO DE OLIVEIRA REIS — Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto; CARLOS ANTÓNIO DE CARVALHO — Secretariado da Intersindical; MANUEL CARVALHO DA SILVA — Sindicato dos Electricistas do Norte; ANTÓNIO CUNHA DAS ROSAS — Secretariado da Intersindical; JOSÉ ALBERTO VALÉRIO DINIZ — Sindicato dos Trab. da Construção Civil do Distrito de Lisboa; RUBEN PACHECO DE MATOS ROLO — Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da M. Mercante; MARIA DO CARMO CARVALHO TAVARES GONÇALVES ROSA — Sindicato dos Trab. da Ind. Química do Centro, Sul e Ilhas, Moagem do Centro e Sul; ANTÓNIO GASPAR DOS RAMOS — Sindicato dos Trab. Agrícolas do Distrito de Portalegre; JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES DE SOUSA — Sindicato dos Técnicos e Op. Metalúrgicos do Distrito de Faro; ROGÉRIO DIAS DOS SANTOS TORRES — Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa; JOSÉ ANTÓNIO SEQUEIRA DA ENCARNACÃO — Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal; JOÃO MANUEL OLIVEIRA RIBEIRO — Sindicato Têxtil do Distrito de Braga; JOSÉ MANUEL GONÇALVES PEREIRA — Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal; ANTERO MARTINS PINTO GUIMARÃES — Secretariado da Intersindical; ANTÓNIO HERCULANO FERREIRA JORGE — Sindicato dos Trab. de Comércio do Distrito do Porto.

MEMBROS SUPLENTE:

CUSTÓDIO DA SILVA FERREIRA — Sindicato dos

Ferroviários do Centro; JOÃO MARIA PACHECO GONÇALVES — Secretariado da União dos Sindicatos do Porto; VALDEMAR RODRIGUES HENRIQUES — Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém; BELMIRO DOS SANTOS ALVES — Sindicato dos Pescadores do Distrito de Leiria; JOSÉ DA SILVA GONÇALVES — Sindicato dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correl. de Vila Real; JOÃO GONÇALVES — Sindicato dos Trab. de Comércio e Escritório do Dist. de Castelo Branco; DIAMANTINO ANTÓNIO DOS SANTOS ALTURAS — Sindicato da Construção Civil e Of. Correlativos do Funchal; MARIA EMILIA REIS CASTRO — Sindicato dos Trab. de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Dist. do Porto; ANTÓNIO CAVAGA GALARRAO — Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém; FRANCISCO PAULO DA SILVA BORGES — Sindicato dos Prof. das Ind. de Alimentação e Bebidas do Dist. de Angra do Heroísmo.

Dirigentes escolhidos entre os melhores quadros

O Secretariado Nacional da CGTP-IN é constituído por pessoas e não por associações sindicais. O facto, que teria levantado alguma controvérsia, foi claramente explicado na intervenção da CNOC acerca dos Estatutos que, a dado passo, refere:

«A eleição em Congresso do Secretariado dar-lhe-á legitimidade para, em representação do conjunto dos trabalhadores portugueses filiados nos Sindicatos participantes, defender os interesses colectivos dos trabalhadores. Por isso, entendemos que o Secretariado deve ser constituído por pessoas e não por associações sindicais. A legitimidade do Secretariado decorre não do facto de ter sido eleito para a direcção de um organismo sindical, mas do facto de ter sido eleito pelos Sindicatos reunidos em Congresso. Por isto em causa é retirar credibilidade ao Secretariado como órgão da Confederação, na sua acção perante o Governo, o patronato e todos aqueles junto de quem actua.

«Outra razão, directamente recolhida da experiência, nos leva a apoiar esta solução:

«Os dirigentes da Confederação devem ser escolhidos entre os melhores quadros do Movimento Sindical, como garantia de eficácia da sua acção. Através da sua actividade prática, adquirem uma experiência que não pode nem deve ser minimizada. A instabilidade decorrente da mudança de Direcções Sindicais, a inexperience dos quadros dirigentes só podem enfraquecer e prejudicar o Movimento Sindical e os trabalhadores.

«Quem beneficiaria directamente dessa situação seriam os nossos inimigos.

«Estas as razões da solução adoptada».

EXIGIDA A REVOGAÇÃO IMEDIATA DO DECRETO DE «DESINTERVENÇÃO»

«A intervenção do Estado nas empresas foi uma das formas de pôr termo à sabotagem do patronato apostado em combater o processo democrático iniciado em 25 de Abril» — refere uma moção apresentada ao Congresso pelos Secretariados das Uniãos de Sindicatos de Lisboa e do Porto, exigindo a imediata revogação do Decreto-Lei n.º 907/76, da responsabilidade do Governo, que «regulamenta o chamado processo de desintervenção e estabelece "critérios" de avaliação das empresas à data da intervenção».

Acusando, nomeadamente, o Governo actual de pretender «ignorar os despedimentos sem justa causa, a fuga de capitais para o estrangeiro, as descapitalizações, o abandono de empresas e a fuga de responsáveis, os roubos efectuados aos bens sociais e todo o tipo de sabotagem de que o patronato se serviu contra os trabalhadores e contra o processo revolucionário», o Congresso de Todos os Sindicatos decide:

«Exigir a imediata revogação do DL 907/76 de 31 de Dezembro.

«Apolar todas as acções promovidas pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores das Empresas com intervenção do Estado, nomeadamente o requerimento de declaração de inconstitucionalidade, que foi subscrito por milhares de trabalhadores destas empresas.

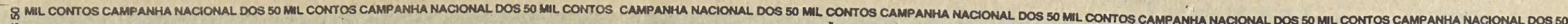
«Repudiar a decisão do Governo de proceder à indemnização do patronato sabotador.

«Exigir que as empresas intervenções não sejam devolvidas aos capitalistas.

«Exigir a participação efectiva dos trabalhadores na resolução das situações de intervenção, bem como nos planos de reorganização e reestruturação das empresas.

«Apoiar a realização dum Encontro a nível nacional de Comissões de Trabalhadores, Delegados e Dirigentes Sindicais das empresas intervenções».





Comissão Coordenadora Central

A Campanha já começou. **Da sua organização dependem os resultados que esperamos.** Avante pelos 50 mil contos para o Partido!

Entre as ideias que encontraram impacto falou-se na importância de iniciativas que possam fazer renascer velhas tradições: as cegadas, as cavallhadas a passo de burro, enfim as festas de cariz popular que, com a sua alegria darão à Campanha de Fundos o tom mais iusto.

Para já é tudo, camaradas, se me lembrar de mais coisas voltarei a escrever pois com as Ideias de todos ajudamo-nos uns aos outros.

PARA UM DOSSIER DAS ILEGALIDADES DO MAP

Posição do Sindicato de Évora

Num documento enviado ao Conselho da Revolução, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, analisando algumas das questões mais importantes sobre a actual situação da Reforma Agrária, denuncia a actuação do MAP nomeadamente em relação às reservas de desanexações. Neste documento, surge o desmascaramento do que poderíamos denominar pelas «subtis ilegalidades» do MAP. Isto porque mesmo quando parece cumprir a lei, o MAP a viola com as suas medidas, defraudando a não só no espírito mas ainda na letra. Senão vejamos:

1.º O CRRA de ÉVORA, recentemente, começou a conceder um prazo para as cooperativas fazerem prova da inviabilidade económica em certos casos. Pareceria que, deste modo, se estaria a assistir a um primeiro passo no sentido de ser cumprida a disposição constante em todos os decretos-leis sobre a Reforma Agrária, segundo a qual a viabilidade económica das unidades agrícolas estabelecidas nas terras expropriadas não pode ser posta em causa com a marcação de reservas. No entanto, o que sucede é que o CRRA de Évora pretende apenas dar uma cobertura de pseudo-legalidade às mesmas actuações ilegais e arbitrárias. Esta a única conclusão a tirar quando reparamos que esse prazo concedido às cooperativas para fazerem prova de inviabilidade é de... 3 dias! Três dias para os trabalhadores das UCPs e Cooperativas efectuarem estudos técnico-económicos! Em contrapartida, os agrários gozam do período de 15 dias, jamais cumprido e sempre protelado, para reclamar uma reserva. Tal como afirma o S.T.A. de Évora, «na prática, os serviços do MAP pretendem unicamente defender-se, cumprindo a lei mas só formalmente, porque sabem de antemão que três dias não são suficientes para uma resposta séria e ponderada. Há pois que alterar esta situação, dando um prazo maior para que as cooperativas se possam pronunciar sobre cada caso, no mínimo os mesmos 15 dias que são concedidos aos agrários».

2.º O MAP continua a marcar reservas dentro das cooperativas, mutilando-as e, frequentemente,

pondo em risco a sua sobrevivência, entregando a terra a antigos guardas, rendeiros e seareiros, numa violação sistemática da lei. «Os trabalhadores não são contra a que se dê as terras a quem, de facto, tem direito. Mas estas terras só poderão ser concedidas nos muitos milhares de hectares de terras que há por expropriar e nos muitos milhares de hectares de terras abandonadas». Os serviços do MAP tão recheados de rápidas informações sobre as herdades, quando foi das desocupações, pensam justificar a paralisação do processo de expropriações alegando desconhecer quais as herdades por expropriar, «chegando ao cúmulo de atirar a responsabilidade da sua ignorância e desconhecimento para os trabalhadores, em particular para os sindicatos agrícolas», como afirma o S.T.A. de Évora, acrescentando: «Não nos compete a nós fazer o serviço que compete ao Governo nem temos na nossa posse os meios de informação que o MAP tem para poder ter todas essas relações de herdades. Mas mesmo assim, e graças ao esforço colectivo dos trabalhadores agrícolas, sabemos que faltam expropriar cerca de 721 000 ha em toda a zona da Reforma Agrária, dos quais cerca de 498 000 ha estão ainda ilegalmente na posse dos agrários». Como exemplos, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, aponta uma série de herdades por expropriar e outra série de herdades abandonadas ou subaproveitadas no seu distrito. Referindo-se a estas últimas, inquire o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora:

«Porque não aplica o Governo a lei nestes casos de herdades abandonadas ou subaproveitadas, concretamente o artigo 1.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 406-A/75, com a nova redacção do Decreto-Lei n.º 256-A/76 de 5 de Abril? Porquê havendo tantos milhares de hectares por expropriar ou abandonados não resolve o Governo o problema dos seareiros e rendeiros e a questão das reservas nestas terras? Ou porque não entrega o Governo às cooperativas e aos trabalhadores as herdades em tais condições, até como forma de compensar as herdades que lhe são agora subtraídas? Porque persiste o Governo em criar dificuldades internas

às cooperativas e às UCPs quando tem condições para resolver as questões existentes sem tais dificuldades?

«A resposta parece-nos clara: o objectivo fundamental não é resolver as injustiças ou as necessidades dos camponeses sem terra, é principalmente aproveitar-se deles politicamente e partidariamente para destruir a actual organização das UCPs e cooperativas agrícolas, para destruir a Reforma Agrária.

«Os trabalhadores propõem ao Governo que se este não tem condições para resolver correctamente o problema dos rendeiros e seareiros entregue o assunto às cooperativas agrícolas que estas, em conjunto, reunidas com os camponeses sem terra garantem a solução dos problemas existentes.»

3.º Quanto ao Crédito Agrícola de Emergência, que o MAP vem bloqueando às UCPs como forma de as estrangular economicamente (como denunciámos, através de factos, noutro local), o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora alerta: «Ao mesmo tempo que se corta o crédito para salários e para factores de produção, numa altura de sementeiras e de grandes despesas, liquidam-se milhares de contos para subsídios aos agrários, em condições que contrariam o que dispõe o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 489/76 de 22 de Junho que atribui o subsídio unicamente às pessoas que retrassem predominantemente da exploração agrícola desses prédios os seus meios de subsistência, encontrando-se, em consequência daqueles actos, destituídos ou insuficientemente providos daqueles meios.»

Será esse o caso de José Sebastião Descalço Torres Vaz Freire, que recentemente recebeu 35 000\$00 de subsídios retroactivos e que possui três prédios urbanos? Será esse o caso de António Joaquim Patinho Gomes da Silva, de José Luís Barata de Sousa Cabral, de Francisco António Murteira Alves, de José Eduardo Vilas Boas Potes, gente de elevado rendimento com prédios urbanos, pelo menos em Évora?

É evidente que perante situações destas, os trabalhadores não podem calar o seu descontentamento.

Importante documento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora dirigido ao Conselho da Revolução.

Não há dinheiro para apoiar o fomento da produção agropecuária mas há para pagar elevados subsídios a agrários absenteístas cujo passado é um passado de exploração dos trabalhadores, de corrupção, de abandono das terras.»

4.º Quanto às atoardas do MAP sobre o atraso das sementeiras, os trabalhadores esclarecem que o facto de parte das sementeiras não estarem feitas se deve, por um lado, às chuvas intensas que caíram e que deixaram os terrenos empapados não permitindo que se fabricassem as terras no momento oportuno. Mas adiantam outra razão da responsabilidade do Instituto dos Cereais, e portanto do MAP, pois cooperativas houve que se atrasaram nas sementeiras porque este Instituto e outras entidades oficiais não lhe entregaram o trigo para semente a tempo e horas. Isto sucedeu, entre outras, com as Cooperativas «Companheiro Vasco», «Bento Gonçalves», «Maria Machado», «Nascer do Sol», que tiveram de utilizar trigo não seleccionado que tinham em armazém correndo assim riscos de diminuição de rendimento. Só à custa de muitas horas de trabalho não pagas, os trabalhadores puderam recuperar alguns atrasos e hoje «estão aplicados nas culturas de primavera e no desenvolvimento da pecuária a fim de compensar o que é natural em anos maus que é o possível decréscimo dos cereais de inverno».

5.º A terminar a sua exposição, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora reafirma a disposição dos trabalhadores «em cumprir a lei e exigem também que ela seja cumprida por todos particularmente pelo Governo. Para isso renovam a proposta de, conforme o artigo 104.º da Constituição (Participação na Reforma Agrária), constituição de grupos de trabalho que analisem os problemas existentes — à semelhança do que aconteceu para as desocupações — em que os trabalhadores estejam representados e possam assim participar de pleno direito na execução da Reforma Agrária, como determina a lei».

Ofensiva no Ribatejo

No Ribatejo, a ofensiva contra a Reforma Agrária tem-se caracterizado pela utilização por parte do MAP de falsos rendeiros e seareiros para desmembrar e enfraquecer as UCPs. A pretexto de concessão de parcelas a estas camadas, o MAP vem subtraindo às UCPs, legalmente constituídas, as suas melhores terras. Nestes casos, o MAP jamais tem respeitado o princípio legal que estipula a salvaguarda da viabilidade económica das UCPs e a disposição constitucional que impõe a obrigatoriedade de auscultar a opinião dos trabalhadores e das suas organizações de classe nas questões relativas à política agrária. Coruche foi o concelho onde se iniciou esta investida exemplar da actuação ilegal do MAP. Primeiras vítimas, mas não vencidos nem convencidos, porque certos da sua razão, os trabalhadores das UCPs «25 de Abril», «14 de Outubro», «Independência» e «Vitória ou Morte». Mas o ataque do MAP no Ribatejo já se estendeu ao Crato, procurando destruir totalmente a única cooperativa agrícola deste concelho, «Custou Mas Foi».

Repare-se que em qualquer dos casos, a actuação do MAP torna-se ainda mais escandalosamente injusta se tivermos em consideração que na provincia do Ribatejo existem muitas terras nacionalizadas e muitas outras sujeitas a expropriação nos termos da lei, que se mantêm nas mãos dos grandes agrários, enquanto os processos de expropriação se encontram empatados há longos meses (nalguns casos há mais de um ano), no CRRA do distrito de Santarém.

No caso das UCPs «25 de Abril» e «14 de Outubro», o MAP notificou-as a 29 de Dezembro último, obrigando-as a entregar até às 17 horas do dia 1 de Janeiro, terras a seareiros por elle classificados de rendeiros. Assim a UCP «25 de Abril» teria de entregar 5 hectares de terra da Herdade dos Pavões a Francisco das Neves, 10 hectares a José Boiça e 20 hectares a António Nunes e a UCP «14 de Outubro» teria de ceder 5 hectares da Herdade das Barbas a Adelaide Maria, 5 hectares a Joaquim Miguel,

5 hectares a Joaquim Lopes e 4 hectares a José Luís Dionísio.

Numa exposição enviada ao MAP, as direcções destas UCPs chamavam a atenção para a arbitrariedade da sua conduta, afirmando: «As pessoas acima referidas, não têm sido rendeiros mas sim seareiros de campanha» as quais «na campanha finda não fizeram searas em qualquer das herdades onde, agora, pretendem fazê-las», acrescentando que ao Francisco Neves e ao José Joaquim Filipe «foi-lhes, na campanha anterior, cedida uma área de 5 hectares, na Herdade dos Pavões, que acabaram por não utilizar» enquanto outros fizeram searas em herdades já nacionalizadas e até mais próximas das suas residências. Por tudo isto, declaram os trabalhadores na citada exposição:

«Nós pensamos que os seareiros têm direito de continuar a fazer as suas searas de campanha. Seria injusto que as não pudessem fazer. Mas pensamos que é possível resolver este problema sem que nós sejamos

afectados pela sua solução.» E sugerem «para a solução do problema de forma a garantir os interesses dos seareiros e sem que os nossos sejam prejudicados, que sejam cedidas àqueles áreas a que têm direito em herdades nacionalizadas ou expropriadas mas ainda não entregues aos trabalhadores, como foi o caso da «Quinta Grande, no ano passado. Estamos certos de que uma tal solução é viável e que ela não trará inconvenientes nem para os seareiros nem para nós. Aliás, este ou outro idêntico será o destino das propriedades nacionalizadas e expropriadas. Porque não fazê-lo já, se isso pode possibilitar resolver um problema sem criar outros?»

No entanto, apesar desta afirmação de vontade de diálogo dos trabalhadores das UCPs, apesar da sua sugestão construtiva, apesar de terem alertado o MAP para o facto da diminuição das áreas das UCPs acarretar «inevitavelmente problemas de desemprego» o ministro Barreto e equipa mantiveram, até ao momento, a sua decisão.

Nova reserva de um rendeiro que dá o dito por não dito e encontra bom acolhimento no MAP.

De novo a UCP «Margem Esquerda»

A «Margem Esquerda», unidade colectiva de produção de Serpa, volta a estar na ordem do dia dos ataques do MAP apostado em destruir esta importante UCP que emprega cerca de 700 trabalhadores. Desta vez, trata-se da tentativa do MAP em marcar uma nova reserva não para a conceder a um agrário expropriado mas para a dar de mão beijada a um rendeiro, Bento José Canoilas que reivindica nada mais nada menos do que 300 hectares das melhores terras da herdade dos Morenos de cerca de 694 hectares. Note-se que nestas terras, solo de barro de 2.ª classe se situa o monte com alojamentos, malhada para criação de porcos, hortas e barragens enquanto a área que, segundo a vontade do senhor Bento Canoilas com o aval do MAP, ficaria para os trabalhadores contém apenas um olival e é constituída por terras delgadas.

O caso presente é exemplo, mais um na triste memória que o ministro Barreto deixará da política do MAP. Senão vejamos:

O rendeiro que agora vem bater o pé pelos 300 hectares da Herdade dos Morenos, em Outubro de 1975, entregou toda a herdade aos trabalhadores. Fê-lo no Centro Regional da Reforma Agrária onde se deslocou de livre

vontade e sem qualquer coacção (acrescente-se prevenindo a costumeira e já gasta argumentação do ministro Barreto e quejandos). Bento Canoilas não nega que entregou a herdade por livre vontade, mas apressa-se a acrescentar que o fez «para evitar conflitos com os trabalhadores», o que seria, pelo menos, jogar antecipadamente, porque os trabalhadores nunca lhe haviam pedido nada. Estranham, aliás, estes que essa precaução do ex-rendeiro não se faça já sentir. O que aconteceu é que este rendeiro explorava cerca de 700 hectares e para os trabalhar depois do 25 de Abril já não podia contar com o trabalho escravo pago a troco de miséria. Porque os trabalhadores que labutaram semanas a fio sem receber um tostão nas UCPs e cooperativas, os trabalhadores que auxiliam voluntariamente camponeses pobres, quando se trata de alugar a sua força de trabalho a quem a pode muito bem pagar, exigem, como é seu dever, o cumprimento dos contratos colectivos de trabalho.

O certo é que Bento Canoilas entregou a herdade dos Morenos aos trabalhadores, não reclamando na altura qualquer terra para si. **Ninguém o expropriou, ninguém nacionalizou as suas terras. E, por isso, mesmo não há lei nenhuma (mesmo após as anticonstitucionais**

alterações que o MAP fez a seu belo prazer) que lhe permita dar o dito por não dito, o dado por não dado. A terra foi dada aos trabalhadores no CRRA de Beja. Há papéis (que não são de máquina, como o MAP já usou nos seus despachos), há testemunhas. Tudo se encontra legalizado. Só há reserva, e mesmo assim sob certas condições, quando houve expropriação ou nacionalização. O MAP não pode simplesmente continuar a violar as leis. O escândalo já «brada aos céus», como dizem, e com razão, as mulheres da zona.

Ainda se poderia admitir que os trabalhadores condescessem em dar alguma terra ao ex-rendeiro se este vivesse na miséria, se este não tivesse meios de subsistência. Mas na altura em que fez entrega das terras, o Bento Canoilas vendeu 380 ovelhas que pertenciam à herdade. Além do mais, possui duas ceifeiras debulhadoras e dois tractores, um de rodas outro de lagartas.

Acrescente-se ao rol das ilegalidades, o facto de ter sido o Bento Canoilas a indicar ao CRRA a localização da área que pretende ver roubada à «Margem Esquerda». Os trabalhadores estão firmes na resistência a mais esta

ilegalidade. Embora considerando que deve ser o CRRA a pronunciar-se sobre o prejuízo que esta reserva ilegal iria acarretar para a UCP, salta aos olhos que, a ser marcada pela força, como também é habitual, esta reserva irá pôr seriamente em causa a viabilidade económica da UCP. Em primeiro lugar, porque se situa mesmo no centro da UCP; em segundo, porque se tratam de terras já limpas e enriquecidas pelo trabalho que desde 1975, os trabalhadores nelas têm desenvolvido; em terceiro, porque a entrega da reserva transformo o programa de produção e investimentos da Unidade; em quarto, porque prejudica o acesso dos gados para outras terras e à água; em quinto, porque amputa a Herdade dos Morenos nas suas melhores terras e em todas as suas infraestruturas; em sexto, e como consequência, porque põe em risco o emprego de, pelo menos, 25 trabalhadores empregados na herdade: isto quando, como salienta a Direcção da «Margem Esquerda», «esta Unidade tem ao seu serviço mais de 700 trabalhadores homens que, ao contrário do que acontece nalgumas herdades, continuam a ver as suas mulheres no desemprego pelo facto da terra em seu poder ser insuficiente».

Um escandaloso caso em que um rendeiro protegido do MAP troca de reserva por outra melhor.

Cooperativa Azinhalex

Agora os grandes rendeiros até já são atendidos pelo MAP quando lhes apetece mudar de reserva! Por mais que cüste a crer (embora o MAP nos tenha «habituaado» a todo o tipo de ilegalidades), o caso passou-se no distrito de Évora atingindo 130 trabalhadores da Cooperativa Azinhalex, situada em Graça do Divor.

A personagem em causa, que marece os favores do MAP, é o rendeiro Chinita Mira que, à data da ocupação das terras que formam a Cooperativa, era rendeiro na Herdade de Vale de Marias dos Morenos. Ainda que se trate já de um grande rendeiro, os trabalhadores fiéis à sua política de aliança com pequenos e médios agricultores, concordaram que o rendeiro continuasse a explorar exactamente na herdade uma parcela de 150 ha, a qual lhe concederam como reserva, no valor de 58 000 pontos e incluindo uma parte de sobro. Este acordo foi estabelecido entre os trabalhadores, o rendeiros e o CRRA.

Mas o senhor Chinita achou que com a nova equipa do MAP, os tempos corriam de feição para as ambições de agrários e oportunistas. Por isso mesmo, resolveu

requerer uma substituição da reserva, trocando a sua área por uma outra de 100 hectares (inferior em 50 hectares à actual mas superior em 10 a 20 mil pontos segundo cálculos dos trabalhadores), situada praticamente no centro da cooperativa. O MAP não somente aceitou esta pretensão do senhor Chinita como adiantou as seguintes «razões justificativas» de tal troca.

— A parte de sobro não pode ficar para o rendeiro porque os rendeiros não têm direito ao sobro e ainda não está definido o destino do sobro;

— O rendeiro possui bastante gado e precisa de terra para pastagens, forragens, etc.

Quanto ao primeiro argumento, seria de inquirir ao MAP qual a lei segundo a qual os rendeiros não têm direito ao sobro se acaso este Ministério alguma vez tivesse mostrado respeitar a legalidade. Quanto à segunda razão, é de levantar preocupações: pois será que os agrários e quejandos de cada vez que adquirirem gado, poderão trocar de reservas porque necessitam de «pastagens e forragens»? E então os trabalhadores das UCPs

e cooperativas não podem possuir gado, não têm necessidade de pastagens?

O que acontece é que o senhor Chinita, apesar de possuir, na reserva que lhe foi concedida pelos trabalhadores, terras de aptidão agrícola média, não se interessou em fazer lavouras e quanto à colheita de aveia que efectuou o ano passado não a fez de modo muito correcto (falta de ceifa sob as árvores). Em troca desta terra que trabalhou mal, o senhor Chinita pretendeu entregar o sobro à Cooperativa e tomar desta um pequeno olival novo, completamente murado, com uma área razoável (15 a 20 hectares), um bocado de terra boa, talvez a melhor da Cooperativa, que já se encontra semeada de trigo e ainda outro bocado com uma velada murada para gado.

Os investimentos efectuados pela Cooperativa nesta terra que o CRRA de Évora entregou ao rendeiro totalizam cerca de 1000 contos gastos na limpeza de terreno e desbaste de árvores para construção da carvoaria. Acrescente-se que esta área, em determinados períodos, ocupava um volume considerável de mão-de-obra e mais

poderia vir a ocupar. No entanto, jamais o MAP se importou com o facto de, para beneficiar à custa de ilegalidades um agráriozinho, pôr em risco o emprego de trabalhadores. Pelo contrário, o MAP já informou a Direcção da «Azinhalex» que **terá de despedir parte dos que trabalham na Cooperativa** (com uma área de mais de 2000 hectares) porque, **segundo este ministério, esta não teria capacidade para aguentar os cerca de 130 trabalhadores permanentes actuais**. Isto é dito pelo MAP sem apresentar qualquer alternativa para os trabalhadores que na sua opinião, a Cooperativa não pode aguentar. Poderia aliás parecer que o MAP é o primeiro a estar interessado em provocar o desemprego nos campos. Na realidade, é com actuações como esta, em que ao senhor Chinita acabou por ser entregue a área por ele pretendida, graças ao despacho do MAP e à intervenção da GNR, que a sobrevivência económica das UCPs e cooperativas é posta em causa e os trabalhadores que as ergueram vêem fugir-lhes o fruto do seu trabalho, as possibilidades do seu ganha-pão, vítimas de ilegalidades sem nome.

Bloqueio do Crédito Agrícola

«HABILIDADES» LEGAIS DO MAP AO SERVIÇO DA SUA OFENSIVA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Ao mesmo tempo que afirma que "a Reforma Agrária prosseguirá na legalidade com vista a promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores" o MAP esclarece que se mantém a suspensão de crédito às UCPs que não prestaram contas. Com esta medida, o MAP prossegue a sua política de estrangulamento das UCPs e cooperativas agrícolas, de recuperação latifundista contra os interesses não somente dos trabalhadores rurais mas de todo o povo português já consciente, através dos resultados objectivos, da importância da Reforma Agrária para a construção da democracia.

Mais uma vez fica patente o desprezo do MAP pelos trabalhadores, a sua vontade de fazer regressar à situação de assalariados explorados a soldo dos agrários. Pois não sabe o MAP que o corte de Crédito Agrícola, (que se iniciou ainda em plena época das sementeiras), está a pôr em risco a sobrevivência de muitas UCPs e consequentemente o trabalho dos que nela labutam? Desconhece o MAP que o bloqueamento do Crédito compromete a produção agrícola, o que aliado às condições climáticas deste ano, poderá ter como consequência que o país perca a sua recente vitória obtida graças à Reforma Agrária e, por via da qual se conseguiu evitar a importação de produtos num valor aproximado de um milhão de contos? Ou será que o MAP está precisamente interessado em que esse dinheiro não seja poupado e as divisas saiam do país para os "amigos da Europa e dos Estados Unidos"?

Por causa desta medida do MAP, há trabalhadores que já não recebem os salários a tempo e horas, há gado com fome por falta de rações, máquinas paradas sem gásóleo, adubações que não são feitas, investimentos que não podem ser efectuados e para os quais, como é óbvio se perderá a oportunidade, pelo menos, este ano. Entre muitos outros casos, é o que se passa na UCP "Alentejo em Frente" que deve apenas cerca de 643 contos ao CAE e tem a receber do CRRA de Beja mais de 1000 contos. Esta situação é comum a muitas UCPs: o MAP, através dos seus organismos, deve mais aos trabalhadores do que estes ao CAE, Crédito Agrícola de Emergência. Porque razão o Instituto dos Cereais não pagou ainda aos trabalhadores das UCPs, os cereais que estes lhes entregaram respeitantes à última colheita? É, por exemplo, o que acontece em relação à "Margem Esquerda" que entregou, com o cartão de produtor do Instituto dos Cereais n.º 270875/002/9, na delegação de Serpa do Instituto dos Cereais, só numa vez mais de 661 kg de trigo, 10000 kg, de cevada, e à CUF e à firma Mariano Lopes & Filhos entregou 51106 kg de cártamo. Como resposta muito parcial a esta situação generalizada, foi publicado no "Diário da República", um despacho conjunto dos Ministérios das Finanças, da Agricultura e Pescas, da Indústria e Tecnologia, do Comércio e Turismo, segundo o qual, as empresas nacionalizadas ou intervenções, as respectivas associadas e aquelas em que o Estado participe, ou para as quais nomeie administradores, liquidarão os seus débitos

a beneficiários do CAE "com créditos já vencidos através dos Centros Regionais da Reforma Agrária (CRRAs)". Mas quanto aos beneficiários do CAE com créditos não vencidos, as divisas só serão pagas se o Ministro da Agricultura o "ordenar por despacho". Veja-se pois que as UCPs que ainda não tiveram vencido os créditos ao CAE, e a não o terem feito será logicamente por falta de fundos, as que obviamente mais necessitariam que as divisas lhes fossem pagas, são, "por coincidência", as que ficam submetidas às ordens caprichosas do MAP... Os propósitos são claros: as UCPs que não têm dinheiro para liquidar os empréstimos concedidos ao abrigo do CAE, não recebem o valor dos produtos que entregaram em diversas empresas nacionalizadas, (o qual muitas vezes é superior aos créditos não vencidos); ficando assim encerradas num círculo vicioso. Acrescente-se, para tornar mais cristalinas as intenções do MAP que parte das UCPs que ainda não venceram créditos, não apresentaram contas e portanto o Crédito Agrícola está-lhes bloqueado por determinação do ministro Barreto.

E aqui encontramos-nos com a origem de toda esta ofensiva caracterizada pela asfixia económica, que o MAP desencadeou contra a Reforma Agrária. O ministro Barreto baseou o corte de Crédito Agrícola de Emergência às UCPs e Cooperativas Agrícolas no pretexto de uma pretensa não prestação de contas por parte das Unidades Colectivas de Produção e restantes beneficiários referente

à utilização deste Crédito.

O que o ministro não disse e continua a calar, e isto com o objectivo de confundir a opinião pública, é que as contas são prestadas no próprio acto de levantamento do dinheiro. Na realidade, as UCPs e os pequenos e médios agricultores só podem levantar o montante dos empréstimos requeridos, entregando, ao mesmo tempo, os documentos comprovativos das despesas feitas (folhas de salários, facturas diversas). Acrescente-se ainda que parte do Crédito é levantado em produtos e não em dinheiro. Por outro lado, muitos dos documentos comprovativos das despesas são previamente visados pelos CRRAs segundo determinação de um despacho de Novembro de 1975. Por tudo isto, o Governo se desejava conhecer o modo como foram utilizados os créditos concedidos teria apenas de pedir os elementos às entidades que, segundo a lei, são intermediárias na concessão do CAE (Comissões Liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura e Associações Agrícolas de tipo cooperativo).

O MAP preferiu a via repressiva impondo às UCPs o prazo irrisório de dez dias para prestarem contas que, em grande parte, os seus serviços, estariam em condições de averiguar. Deste modo, o MAP passa aos próprios organismos que dele dependem um atestado de incompetência. Mas que importa isso quando o fim a atingir pelo ministro Barreto é aniquilar as UCPs como o prova o facto de continuar a bloquear-lhes o Crédito, e nada faz, antes de tudo, o pagamento de divisas a estas mesmas UCPs.



COMITÉS DE SOLIDARIEDADE COM PORTUGAL

Decorreu em Lisboa um Encontro dos Comitês de Solidariedade com Portugal, iniciativa do Conselho Português para a Paz e a Cooperação que contou com a presença de sete daqueles organismos nacionais da Europa representativos da Dinamarca, Suécia, Finlândia, Alemanha Federal, Suíça, Holanda e Bélgica.

O GPPC e os Comitês realizarão, na tarde de hoje, uma conferência de imprensa, a fim de darem conta do resultado obtido neste Encontro. Este iniciou-se na passada segunda-feira tendo como objectivo fazer o ponto da actual situação política portuguesa bem como o estudo e desenvolvimento de novas actividades conjuntas como forma de apoio à estabilização da democracia e à defesa das conquistas da Revolução no nosso País.

A abertura do Encontro efectuou-se na Biblioteca Nacional, tendo o dr. Fernando Piteira Santos proferido uma palestra em que manifestou o reconhecimento do nosso Povo perante todas as

a cumprir o seu dever internacionalista para com os outros povos do mundo, nomeadamente para com os povos da Europa que lutam pela liquidação do capitalismo.

Nos encontros de trabalho que os sete Comitês mantiveram saliente-se aqueles que foram dedicados à análise jurídica da revolução portuguesa, à situação da Reforma Agrária, à política de nacionalizações, controlo operário, movimento sindical, respectivamente a cargo do dr. Macaísta Malheiros, de António Ramos, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, dr. Maia Cadete,

Vasco Cal e José Ernesto Cartaxo.

O Secretariado do Conselho Português para a Paz e Cooperação participou em todos os trabalhos, fazendo-se representar por Silas Cerqueira, Luis Diamantino de Matos e Carlos Carvalhas.

Esta iniciativa revestiu-se do maior significado, reflectindo e testemunhando a activa solidariedade para com a luta do nosso povo pela democracia, pela paz e pela independência por parte de democratas e progressistas de outros países, representativos das mais diversas correntes de opinião.

TRABALHADORES RURAIS E SEAREIROS EM LUTA CONTRA A FOME E O DESEMPREGO NO CONCELHO DE ALMODÔVAR

Em Almodôvar, no Baixo Alentejo, realizou-se no passado sábado um grande comício, seguido de manifestação, durante o qual mais de mil pessoas, na sua grande maioria trabalhadores rurais e seareiros, protestaram contra o desemprego que reina no concelho e exigiram medidas que possam solucionar a crise e resolver os seus problemas, repudiando as pseudo-soluções que alguns lhes tentam impingir.

Várias palavras de ordem gritadas durante a manifestação — que foi encabeçada por uma grande bandeira negra como protesto contra a situação de

desemprego — bem como os cartazes que os manifestantes erguiam são bem a prova, não só da situação criada mas como do estado de espírito dos trabalhadores em dar-lhe firme combate. Assim, «Trabalho e Pão — Não à Emigração», «A Terra a quem a Trabalha — Avante Pela Reforma Agrária», «O Povo com Fome não Tem Medo», «Qual o Futuro da Juventude do Nosso Concelho?», «Trabalho Sim, Miséria Não», traduzem bem o espírito combativo dos trabalhadores de Almodôvar.

Uma das situações contra a qual os trabalhadores ergueram o seu firme protesto foi o facto de o presidente da Câmara — membro do PS

— ter despedido os cerca de 500 trabalhadores que trabalhavam para a câmara e agora andar-lhes a acenar com a «solução» da emigração. Conforme afirmam os trabalhadores numa moção aprovada, tal medida não só afasta os trabalhadores das suas famílias, «como tenta desviá-los da luta em defesa dos seus principais interesses.» Nessa moção, em que condenam o desemprego «como um negro futuro de fome e miséria», os trabalhadores salientam que o seu futuro, o futuro da economia do concelho e do país não está na emigração «mas sim no desenvolvimento da agricultura, da pecuária, tendo em conta a Reforma Agrária e a Lei do Arrendamento Rural.»

Seguidamente, são denunciados vários casos de terras abandonadas ou subaproveitadas e a recusa de alguns agrários em dar terras a pequenos rendeiros, após o que os trabalhadores exigem: expropriação imediata das terras com mais de 50 mil pontos; expropriação de todas as terras subaproveitadas ou abandonadas; entrega das terras a todos os seareiros e que por lhe pertencem; entrega das terras a expropriar aos trabalhadores agrícolas e seareiros, para as explorarem em cooperativas agrícolas, unidades colectivas ou outras formas, tendo sempre em conta o acordo dos interessados; cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, para defesa de todos os seareiros e rendeiros pobres do concelho de Almodôvar.

Esta moção foi enviada ao Presidente da República, Presidente da Revolução, presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, governador civil e presidente da Câmara.

COTESI: UNIDADE CONTRA OS DESPEDIMENTOS E AS MANOBRAS PATRONAIS

Desde o passado dia 3 de Janeiro que a esmagadora maioria dos operários da Cotesi está em luta pela defesa da sua organização sindical e contra as manobras do patronato. Graças à sua unidade, os trabalhadores alcançaram já uma importante vitória no que diz respeito à cobrança das quotizações sindicais. Todavia, com a cobertura de um despacho do Ministério do Trabalho, o patrão Violas conseguiu suspender, e mandou instaurar processos disciplinares, duas centenas de trabalhadores químicos que lutam pelo cumprimento do CCT.

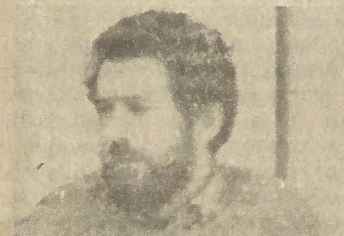
Tomando posição acerca da situação criada na empresa, o Comité de Classe dos Têxteis do Porto do PCP divulgou um comunicado apelando à unidade dos trabalhadores, à luta contra os despedimentos e à solidariedade activa para com os operários daquela empresa. As recentes medidas repressivas do patrão, à sombra do despacho do Ministério do Trabalho, têm como objectivo o ataque aos trabalhadores que mais se têm destacado na luta (sejam químicos, têxteis ou cordeiros), o enfraquecimento da sua organização e a sua divisão, sublinha o documento, que denuncia igualmente uma campanha de calúnias e provocações que tem sido desenvolvida através de comunicados anónimos subscritos por "um grupo de trabalhadores". Como frisa o Comité dos Têxteis,

«Há também quem procure justificar estas medidas — declarou-nos Agostinho Lopes —, referindo que a Lei do Arrendamento tal como está não é aplicável. Isso não é verdade. Porque, actualmente, onde a acção do aparelho de Estado foi mais eficiente há muitos contratos de arrendamento. Ora, isso mostra que de facto a lei pode ser aplicada. Quero recordar alguns exemplos: no distrito de Lisboa, onde há mais de 15 mil contratos reduzidos a escrito; no Norte, há muitas centenas de contratos assinados. Por outro lado, há inúmeros casos, nesta região, que constituem vitórias dos rendeiros, do seu movimento, da sua organização, no que concerne à fixação de rendas e assinatura de contratos que mostram que a lei pode ser aplicada. A lei só não é aplicada — referiu a concluir — porque o Estado não coloca todo o seu aparelho ao serviço dos rendeiros, actuando de modo a fazer-se cumprir o disposto no Decreto-Lei 201/75 e punindo nos termos da lei os grandes proprietários absentistas.»

FALECEU UMA CAMARADA

Faleceu em Alenquer a camarada Ema dos Santos Figueiredo, que era mulher de João Lemos Figueiredo e mãe de Luis Eduardo dos Santos Lemos Figueiredo e de Odete Maria Santos Lemos Figueiredo, todos militantes do Partido.

O funeral, que se realizou naquela vila no passado dia 22 de Janeiro, contou com a presença de muitas pessoas não ligadas ao PCP, que demonstraram com a sua presença como era querida da população a camarada falecida.



Agostinho Lopes, da DORN, falando ao «Avante!»

exploração desenfreada do povo trabalhador. Como se pode aceitar que o Estado, nesta altura, vá sobrecarregar os pequenos rendeiros com as reformas aos senhorios pobres. «É evidente — acrescentou —, que deve ser o Estado, deve ser a sociedade a tomar a seu cargo a protecção a estes senhorios como o MARN várias vezes tem reclamado e, aliás, está consignado na lei, onde se prevê o estabelecimento de pensões para os senhorios pobres, de modo a que estes não sejam prejudicados pelo abaixamento das rendas.

«Há também quem procure justificar estas medidas — declarou-nos Agostinho Lopes —, referindo que a Lei do Arrendamento tal como está não é aplicável. Isso não é verdade. Porque, actualmente, onde a acção do aparelho de Estado foi mais eficiente há muitos contratos de arrendamento. Ora, isso mostra que de facto a lei pode ser aplicada. Quero recordar alguns exemplos: no distrito de Lisboa, onde há mais de 15 mil contratos reduzidos a escrito; no Norte, há muitas centenas de contratos assinados. Por outro lado, há inúmeros casos, nesta região, que constituem vitórias dos rendeiros, do seu movimento, da sua organização, no que concerne à fixação de rendas e assinatura de contratos que mostram que a lei pode ser aplicada. A lei só não é aplicada — referiu a concluir — porque o Estado não coloca todo o seu aparelho ao serviço dos rendeiros, actuando de modo a fazer-se cumprir o disposto no Decreto-Lei 201/75 e punindo nos termos da lei os grandes proprietários absentistas.»

«Esses argumentos de protecção aos senhorios pobres não é válido e é demagógico, sobretudo no momento em que o Estado e os órgãos do poder falam em indemnizar os grandes capitalistas, os latifundiários alentejanos e tantos outros que vivem à "trípa forra" à custa da

MULTINACIONAL PREPARA DESPEDIMENTOS EM ÉVORA

«Poderão ser despedidos dezenas de trabalhadores da fábrica Siemens em Évora, se forem por diante as intenções dos seus administradores, tendo como consequência a fome e a miséria para esses trabalhadores e seus familiares» — alerta num comunicado a célula do nosso Partido naquela multinacional, num apelo à unidade dos trabalhadores contra o desemprego.

Denunciando os despedimentos em massa que

declarações proferidas, há tempos, pelo Primeiro-Ministro, bem como afirmações mais recentes do dr. Barreto e do secretário de Estado do Fomento Agrário revelam a intenção do Governo minoritário do PS de introduzir alterações à lei, sobretudo naquilo que ela tem de mais positivo e importante não só para a melhoria das condições de vida dos rendeiros, como também para a própria economia nacional.»

Segundo nos declarou aquele membro da DORN do PCP, «o Governo pretende reintroduzir um limite de área para a obrigatoriedade da redução a escrito do contrato de arrendamento. Como sabes, no projecto inicial do decreto-lei havia uma alínea que prescrevia a obrigatoriedade da assinatura do contrato de arrendamento apenas para as explorações com área superior a cinco hectares, o que foi claramente rejeitado pelos rendeiros e acabou por ser retirado do decreto em vigor.»

«Todavia, prosseguiu Agostinho Lopes, agora fala-se não em cinco mas em dois hectares. Ora — assinalou —, a concretizar-se tal restrição isso significaria que a lei do arrendamento rural deixava de beneficiar muitos milhares de rendeiros. Estou a lembrar-me, por exemplo, da região do Basto (Mondim, Celorico e Cabeceiras) onde a imensa maioria dos rendeiros não arrenda propriedades com área superior a dois hectares.

«O governo pretende — denunciou —, aparentemente deixar a lei de pé com tudo o que possui de válido e, simultaneamente, introduzir-lhe uma cláusula que faz com que não seja válida para a maior parte dos pequenos agricultores sem terra.»

A propósito da regionalização das tabelas de rendas máximas pretendida por responsáveis governamentais, Agostinho Lopes considerou tal projecto como extremamente prejudicial para os rendeiros. «O MAP pretende dessa forma desfarçar uma subida dos valores máximos da renda. O que além de significar, no imediato, um agravamento da situação económica dos rendeiros, originará tal como antes da promulgação do 201/75, a saída de somas avultadas de dinheiro da terra através

de gabinete contra a aprovação e publicação da lei, a luta organizada dos rendeiros conseguiu que fosse promulgada, em 15 de Abril de 1975, o Decreto-Lei n.º 201/75 que consagrava e dava satisfação às principais reivindicações formuladas pelos camponeses sem terra, intransigentemente defendidas pelos comunistas e outros lutadores revolucionários.

«Lutando para impor a sua aplicação, os rendeiros intensificam com a publicação do decreto a sua acção», recorda Agostinho Lopes, acrescentando:

«A movimentação dos rendeiros intensifica-se nos concelhos do interior do distrito do Porto, em alguns concelhos do distrito de Braga e noutras regiões. Culminando esse trabalho, os camponeses sem terra organizaram, em Outubro de 1975, o Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte que tem vindo a implantar-se progressivamente nas regiões onde existe uma elevada concentração de rendeiros. Hoje é, já um poderoso e influente movimento de pequenos e médios agricultores sem terra que tem desempenhado um papel saliente na defesa dos rendeiros ameaçados de despejo, no apoio jurídico e na mobilização da classe contra a violência desencadeada pelos absentistas e grandes proprietários.»

GOVERNO PRETENDE ATINGIR INTERESSES DE MILHARES DE RENDEIROS

Analisando a actividade desenvolvida pelo MARN, o responsável da Comissão para o trabalho camponês da DORN salientou que, cerca de 15 meses após a sua constituição, o Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte «tem obtido importantes vitórias no que respeita à sua luta pela aplicação da lei e ao avanço da sua organização». Referindo-se às perspectivas que se abrem àquela organização de rendeiros, Agostinho Lopes sublinhou que tem de prosseguir a sua acção, principalmente, em duas direcções: defesa do decreto-lei e luta pela sua aplicação.

«Como sabes, pesam sobre o Decreto-Lei n.º 201/75 algumas ameaças», referiu o nosso interlocutor. «As

Arrendamento rural

O GOVERNO NÃO PODE CEDER ÀS PRESSÕES E MANOBRAS DA CAP

«As ameaças que têm sido feitas no sentido de serem introduzidas alterações à Lei do Arrendamento Rural, a concretizarem-se, constituirão mais uma grave manifestação da política de cedências por parte do Governo aos fascistas da CAP, às forças interessadas na recuperação agrária», declarou ao «Avante!» o camarada Agostinho Lopes, da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português e responsável pela respectiva Comissão Para o Trabalho Camponês, no decurso de uma entrevista em que analisou a importância do regime de arrendamentos consignado no Decreto-Lei n.º 201/75 e desmascarou alguns dos argumentos utilizados por membros do Governo para justificarem alterações que pretendem intufuzir naquele diploma.

REIVINDICAÇÕES DOS RENDEIROS CONSIGNADAS NO D.-L. N.º 201/75

Acerca da luta travada pelos rendeiros na sequência da liquidação do regime fascista, o camarada Agostinho Lopes começou por nos referir que ela se iniciou com a discussão pública do Projecto de Decreto-Lei do Arrendamento Rural. No Norte, realizaram-se numerosas reuniões das quais as mais importantes foram as duas Conferências de Camponeses do Norte promovidas pelo nosso Partido que contaram com a participação activa de muitas centenas de pequenos e médios agricultores.

«As conclusões das sessões que discutiram o problema do arrendamento — recordou-nos o camarada Agostinho Lopes — sistematizaram e sintetizaram as principais reivindicações dos rendeiros, designadamente não haver quaisquer discriminações, ou diferenças nos contratos, fosse qual fosse a área arrendada. Além disso, defendiam outras reivindicações que ficaram consagradas na lei, como sejam: a obrigatoriedade da redução a escrito dos contratos; o fim da parceria; a criação de uma situação de estabilidade; a fixação de valores máximos das rendas através da publicação de uma tabela que fixasse o seu valor de um modo uniforme e sem arbitrariedades para todos os contratos de arrendamentos.»

Não obstante as manobras

ENCONTRO DE AGRICULTORES E RENDEIROS DE GONDOMAR

A defesa da Lei do Arrendamento Rural, de preços mais acessíveis dos factores de produção e mais compensadores para os produtos agrícolas e a necessidade do reforço da Liga foram os temas que dominaram o Encontro de Agricultores e Rendeiros do Concelho de Gondomar realizado no passado domingo, nas instalações da Escola Preparatória «Júlio Dinis», em S. Cosme, que contou com a participação de centenas de camponeses.

«A Liga é a nossa união, é a nossa defesa e a nossa força», sublinhou um dos participantes nesta importante reunião. «A Liga dos Agricultores e Rendeiros é tão necessária para conseguirmos uma vida melhor, como a enxada é necessária para cavar, o tractor para lavar e sementeira para produzir.» Entretanto, como aquele organismo não tem possibilidades legais para promover a comercialização dos produtos agrícolas foi defendida a constituição de uma «verdadeira cooperativa, dirigida por pequenos e médios

agricultores e rendeiros, aberta a todos e em que todos possam participar de forma a impedir as roubalheiras e compadrios do passado fascista». «Queremos uma cooperativa — frisou um dos camponeses presentes — que garanta o fornecimento em condições favoráveis de adubos, farinhas, balata de semente, palhas e tudo o que é necessário para a sementeira e o amanho das terras. Uma cooperativa que adquira os produtos aos agricultores que o desejarem, garantindo o seu armazenamento, o seu pagamento a preço justo, bem como o escoamento directo para o consumidor.»

Na reunião, em que se registaram diversas intervenções de vários pequenos e médios agricultores, foi exigida ao Governo a melhoria da Previdência Rural, bem como o anúncio antes das sementeiras de preços justos e a concessão de crédito, subsídios e apoio técnico indispensáveis. Por outro lado, foram clara e unanimemente rejeitadas quaisquer tentativas de alteração ao articulado da Lei do Arrendamento Rural.

A situação da Lisnave UNS RESTOS DE MONOPÓLIO PARA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA?

Quando se fala de Lisnave fala-se de uma empresa de importância nacional, fala-se de milhares de trabalhadores, das suas lutas de antes e onde depois do 25 de Abril, fala-se do controlo operário e da defesa das conquistas da revolução. Mas fala-se também das calúnias levantadas contra esses mesmos trabalhadores, da ameaça de recuperação capitalista.

No momento em que esta ameaça é bem real e pesa a muitos níveis sobre o que os trabalhadores conquistaram, pareceu-nos importante olhar com atenção as incidências que tem essa política de recuperação numa empresa de tal envergadura. Falámos portanto com camaradas responsáveis da célula do Partido.

Os problemas que os trabalhadores vivem com mais intensidade foram, como é evidente, os assuntos focados logo de início. E os camaradas fizeram questão de pôr desde logo o fundamental. Explicando que o capital da Lisnave se encontra dividido em três partes principais — 40% nas mãos de empresas

consciência da importância desta luta? — Têm. Mas os problemas são complexos, respondeu o camarada Garcia. — Houve que contar com a acção dos «esquerdistas» que tentavam arrastar os trabalhadores com a pergunta «Porque não exigir a nacionalização de todo o capital, o estrangeiro inclusive?

É evidente que os trabalhadores comunistas, os militantes organizados tiveram maior facilidade em perceber a necessidade de nacionalizar o capital nas mãos do Melo, da importância disso para o desenvolvimento da Lisnave e do país — salientou o camarada Valentim. E desta

os problemas se avolumem e venham a permitir rapidamente que a recuperação capitalista seja uma realidade. Há um exemplo de um problema muito importante que pode dar uma ideia das dificuldades existentes e da forma como a administração e o Governo pretendem livrar-se delas. É a questão das Novas Construções.

— É um sector de actividade?

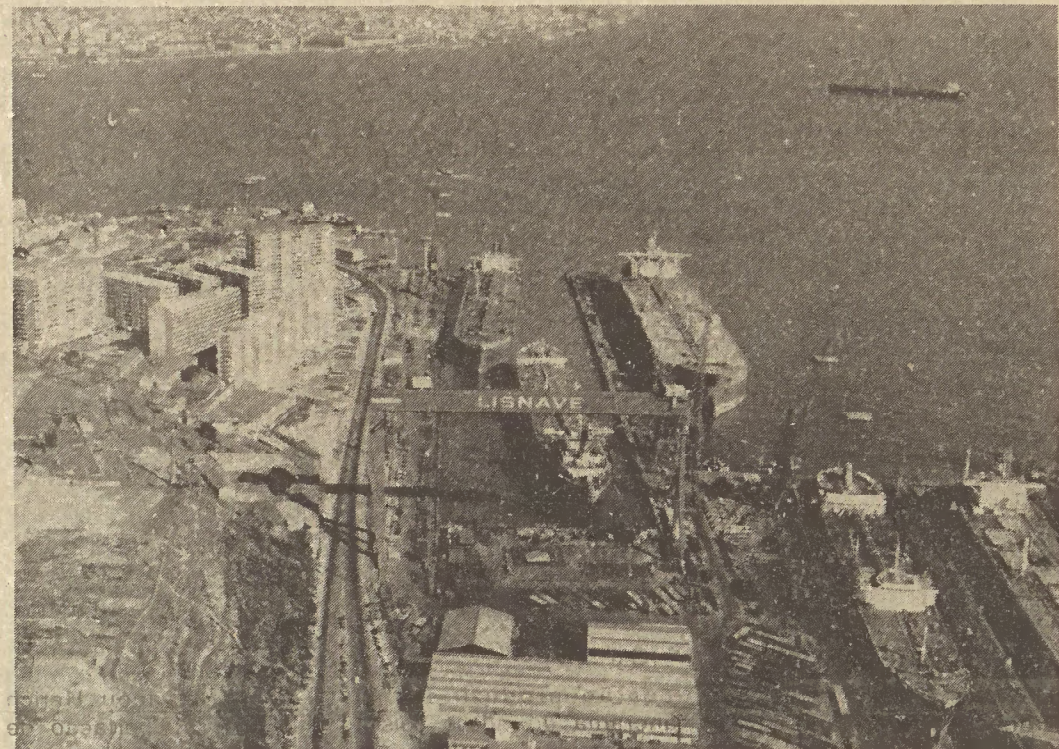
— Podemos chamar-lhe assim. Os objectivos para que foram criadas as Novas Construções eram os seguintes, respondeu a grandes reparações, absorver vazios ou excessos de trabalho nas reparações e absorver o excesso de carga (encomendas) dos estaleiros suecos.

Ora, com o aumento do petróleo, com a crise capitalista e ainda a reabertura do canal do Suez, que pôs fim à necessidade de construção de grandes petroleiros, começaram a surgir os cancelamentos. Depois, com

as possibilidades abertas pelo 25 de Abril, a elevação dos salários para níveis mais justos, levou ao aumento de custos. As Novas Construções deixaram de ser um maná para a Eriksberg. Para agravar a situação, os países capitalistas, tentando evitar demasiadas tensões sociais provocadas pelo desemprego começam a dar condições especiais aos seus próprios estaleiros, a concorrência de alguns estaleiros (Japão) melhor estruturados e com indústrias de apoio, permitem fazer preços mais baixos. Além disso os nossos serviços comerciais estavam pouco habituados à prospecção de mercados das construções, já que os patrões eram os próprios clientes, e também não se mostraram interessados em estreitar relações com os países socialistas.

Neste estado de coisas, o que a administração pensa é resolver os problemas à custa do sacrifício dos trabalhadores. Dizem que cerca de um terço dos trabalhadores deste sector deve passar para a Setenave.

E querem cobrir estas manobras com campanhas de calúnias e criando a insegurança entre os trabalhadores. Senão vejamos. O Dr. Mário Soares diz que os trabalhadores da Lisnave ganham muito e trabalham pouco e acusa-os de uma taxa de abstencionismo de 25 por cento. O que é falso. Segundo os números que o Boletim da Comissão de Trabalhadores publicou depois de inquérito, essa taxa é de 10 e 12 por cento e, se formos a ver bem, ela ainda é muito mais baixa no sector de actividade referido. A administração garante o trabalho e afirma que a sua principal preocupação é o trabalho para todos. Mas logo depois vem dizer que a única saída é a transferência de trabalhadores para a Setenave, primeiro em voluntário e se assim não for, pela força de que dispuser... E quais as consequências?



O Melo detém ainda 12% do capital da empresa, e é ele que efectivamente a dirige, com o apoio de capitalistas estrangeiros...

estrangeiras; cerca de 38% de capital nacionalizado e ainda 12% nas mãos do tristemente célebre Melo — o camarada Valentim, preparador de trabalho, expõe o ponto de vista dos comunistas:

— Nós pensamos que a nacionalização desses 12% é fundamental para a viabilidade económica da Lisnave, a médio prazo; assim o Governo português poderia assumir a direcção da empresa, o Estado ficaria maioritário. Ora, o que se passa neste momento ainda, apesar de o Melo se encontrar no estrangeiro e de haver sobejas razões para lhe retirar o controlo desses 12%, é que é ele quem dirige efectivamente a empresa, contando com o apoio dos capitalistas estrangeiros. Nestes moldes, com a decisão a depender do Melo e dos capitalistas estrangeiros, o futuro da Lisnave é incerto, pois depende de países que se preparam para boicotar a indústria no caso de haver modificações políticas que eles pensem ser desfavoráveis.

— Qual tem sido a posição da Comissão de Trabalhadores?

— A Comissão de Trabalhadores exigiu ao Governo, há bastante tempo, esta nacionalização. Temos no entanto razões para pensar que não está no espírito do Governo minoritário do PS fazê-lo. O Secretário de Estado da Indústria Pesada, no entanto, não contrapôs nada aos factos que lhe apresentámos. No fim de Janeiro prometeram dar satisfação ao que reivindicámos, mas bem sabemos que o Governo está ligado à Europa capitalista.

— Pode parecer que não, mas o que é fundamental não é só o problema dos 12% — interveio o camarada Soeiro, técnico. — O que é fundamental é definir uma política global para a Indústria da Construção Naval, uma política global para o país. Quando se fala de construção naval isto tem a ver com as pescas, com a marinha mercante, com um plano siderúrgico, com a reconversão de indústrias ligeiras. Para por a indústria de construção naval ao serviço do país é necessário nacionalizar os 12% e tomar o leme desta empresa. Mas ainda há outro aspecto: é que os 12% do Melo são o último resto, ao que se sabe, do capital monopolista nacional.

— Os trabalhadores têm

vez foi o camarada Bernardes que interveio:

— Tudo isto foi discutido e aprovado numa Assembleia Geral de Trabalhadores. As Comissões de Trabalhadores, através de comunicados, do boletim, da informação sonora, de cartazes, têm explicado à grande massa dos trabalhadores que tem vindo a ser ganha para a luta.

Álvaro Costa, serralheiro, comentou:

— Muitas vezes o peso destas questões, que não são tão simples como parecem, é virado pelos «esquerdistas» e pelas manobras reaccionárias, eles procuram levar os trabalhadores para outras formas de luta e fazer esquecer o fundamental.

Mas os trabalhadores viram o perigo que existe de recuperação capitalista ao conservar-se os 12% nas mãos do Melo. A votação que aprovou a exigência da nacionalização não foi só referente ao problema dos 12%, mas teve em conta a política geral que a nível económico deve ser definida pelo Governo.

Os trabalhadores têm lutado desde sempre nesse sentido, — continuou o camarada Garcia. — Conseguiram a criação de um Centro de Coordenação da Indústria Naval, organismo que permitiria coordenar todo o débil de trabalhos para os diferentes estaleiros nacionais, esfacelando os que reuniam as melhores características e possibilidades para cada trabalho. O centro foi imaginado numa perspectiva socialista, beneficiando todas as empresas e procurando eliminar a concorrência que só poderia prejudicar a economia nacional. Permitiria o desmantelamento das subempregadas de características monopolistas e permitiria fazer o levantamento das capacidades e dos mercados, o planeamento, o desenvolvimento harmonioso...

— Permitiria?

— interrompemos.

— Dizemos permitiria, porque não funciona. Existe um decreto-lei publicado ainda ao tempo do VI Governo Provisório. A CIP tem-no boicotado, o actual Governo não o tem apoiado. Ora nós pensamos que o planeamento é absolutamente essencial e deve ser encarado numa perspectiva socialista. Devem ser tomadas medidas nesse sentido se não queremos que

Célula da Setenave

UM PODEROSO ARRANQUE

A organização do Partido reforça-se cada vez mais. Numa discussão aberta e franca, que bem caracteriza os comunistas, reuniu-se a Assembleia da célula da Setenave, que teve como finalidade a escolha de um novo secretário e a apresentação do relatório de actividades por parte do secretariado cessante.

A mesa que presidiu à Assembleia era composta pelo secretariado cessante, por um membro do executivo da Comissão Concelhia de Setúbal e pelo camarada Manuel Sobral, membro da DORS e do Comité Central do PCP.

No relatório apresentado pelo secretariado não foi esquecido o combate que os militantes deram a todas as forças contrárias aos interesses dos trabalhadores, especialmente no caso concreto da Setenave e Lisnave, ao radicalismo pequeno-burguês.

A Setenave, junto com a Lisnave, foi talvez o principal bastião do «esquerdismo». A luta contra o radicalismo pequeno-burguês, nas condições em que teve que se desenvolver, só pôde ser feita à custa de uma coragem e determinação notáveis de todos os camaradas, lê-se no relatório, que continua:

As derrotas impostas aos grupelhos na Setenave tiveram uma importância a que talvez ainda poucos saibam dar o devido valor. Só quem viveu algumas acções que foram desencadeadas debaixo da influência destes pequeno-burgueses revoltados, da onda de demagogia e oportunismo, poderá avaliar quanto se caminhou no sentido da consciencializar os

trabalhadores para a defesa dos seus verdadeiros interesses.

No balanço de actividades, que focou o trabalho da Direcção, o trabalho de organização, a agitação e propaganda, a luta ideológica, a política de quadros e a situação financeira, é ainda referido o grande avanço do Partido dentro da empresa, fruto de um trabalho que, mesmo com alguns erros, foi um trabalho militante ao serviço da democracia rumo ao socialismo.

A célula da Setenave que é composta por 88% de operários, 6% de empregados e 6% de técnicos, tem contudo apenas 3% de mulheres. Este é um problema que urge ultrapassar mas, como diria um camarada, devemos considerar esta Assembleia como um poderoso arranque para o desenvolvimento da organização do nosso Partido dentro da Setenave.

A luta pela unidade foi tema de debate durante o decorrer da Assembleia, sendo um dos pontos focados pelo camarada Manuel Sobral durante a sua intervenção que versou os aspectos da situação política actual. Unidade de todos os trabalhadores, unidade especialmente entre os comunistas e os socialistas.

Os comunistas estão e sempre estiveram dispostos a criar as condições para que, dentro de um espírito verdadeiramente revolucionário todos os trabalhadores se unam em torno dos seus principais objectivos.

A unidade, a determinação na luta, foram os aspectos dominantes desta Assembleia de célula, virada para novas lutas.

FESTIVAL DA CANÇÃO EM V. DO CASTELO

Por iniciativa da União da Juventude Comunista vai realizar-se em Viana do Castelo, no Teatro Sá de Miranda, no próximo sábado, o 1.º Festival da Canção

Revolucionária. Além dos cantores que fizeram a sua inscrição, participarão igualmente destacados intérpretes da música popular e revolucionária.



FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO

No decorrer de uma breve cerimónia realizada na passada sexta-feira no Supremo Tribunal da Justiça, procedeu-se à entrega da documentação relativa à constituição de uma frente de partidos, da qual fazem parte a Frente Socialista Popular, o Movimento Democrático Português e o Partido Comunista Português. A frente, que terá a denominação de «Frente Eleitoral Povo Unido», terá como objectivos apresentar listas conjuntas nas eleições que se vierem a realizar, se os partidos que a constituem assim o resolverem; promover e dinamizar a participação das populações dos concelhos e freguesias; lutar por uma política conforme com os princípios de constituição, a nível nacional e local.



PROVOCAÇÃO DO JORNAL «A RUA»

É verdadeiramente alarmante o recrudescimento da ofensiva contra a democracia e os trabalhadores portugueses por parte da imprensa reaccionária e fascista. O alarme justifica-se não só pela própria existência dos jornais fascistas, mas também pelo à-vontade com que actuam, a impunidade com que vertem as suas mentiras e calúnias. Mal vai a democracia que, sob o pretexto de defender as liberdades, tolera que estas sejam usadas para destruir a própria democracia. A desinformação da opinião pública prossegue através de campanhas em que as falsidades e as ofensas se mascaram de «notícias». Até quando?

A SIP do PCP divulgou na semana passada a seguinte nota:

«O pasquim fascista "A Rua", na sequência das suas habituais actividades provocatórias contra a democracia, as forças democráticas e os democratas portugueses, lança hoje uma miserável e abjecta provocação contra o Partido Comunista Português.

Em circunstâncias normais e como é legítimo esperar de democratas quando se referem a fascistas, a agentes e comprovados informadores da Pide — agora mascarados de jornalistas —, tais calúnias e provocações apenas mereceriam um profundo desprezo.

A eventualidade de a provocação de "A Rua" fazer parte de uma operação provocatória mais vasta justifica, no entanto, que se faça a sua firme denúncia perante a opinião pública.

O PCP, sendo contrário a que o território nacional possa servir de base para provocações e ingerências de qualquer tipo na vida interna de outros países, condena por maioria de razão que no próprio território nacional — libertado do fascismo em 25 de Abril de 1974 — fascistas como os escribas de "A Rua" possam impunemente orquestrar as suas infames provocações que significam em si uma conspiração contra a democracia portuguesa e visam prejudicar as relações de Portugal com um Estado vizinho.

A existência, proliferação e impunidade da imprensa fascista constitui uma violação da Constituição e uma ofensa a todos os democratas portugueses e reclama por isso medidas urgentes e enérgicas por parte dos órgãos do poder.

Pela sua parte, o PCP, já que não está ao seu alcance levar os responsáveis de "A Rua" ao banco dos réus pelo crime de colaboração com a Pide como mereciam, não deixará, através da competente acção judicial, de os fazer responder pelo crime de difamação e calúnia agora voluntariamente cometido».

À venda o novo emblema do Partido

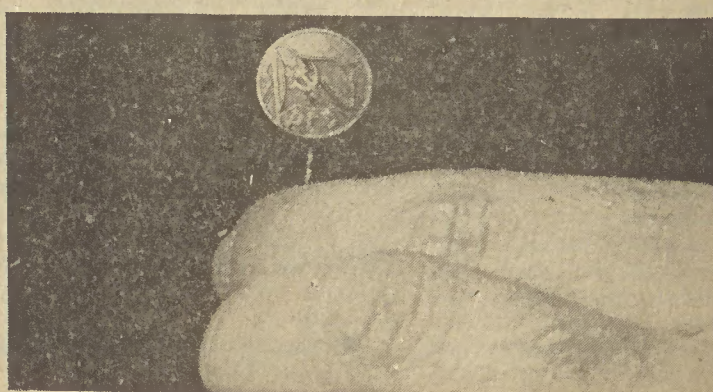
O emblema que todo o militante deve usar

Preço 20\$00

Pedidos à CDL — Central Distribuidora Livreira

R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1

À venda nos Centros de Trabalho do PCP



MAIS PROVOCAÇÕES CONTRA A RDA

A existência da RDA, de uma Alemanha democrática, herdeira das melhores tradições históricas do povo alemão, uma Alemanha socialista, inserida nas forças progressistas mundiais, uma Alemanha que se tornou definitivamente ao domínio dessa oligarquia financeira, industrial e agrícola que fomentou e abriu portas aos diversos regimes reaccionários, ao nazismo — tem constituído sempre uma realidade difícil de engolir pelo imperialismo, em particular pelos seus círculos mais agressivos, nomeadamente os que têm acento em Bona.

Através da história da guerra-fria, e mesmo prolongando-se pelos dias em que a batalha da distensão deu os seus frutos, têm sido múltiplos os esforços para contestar à RDA o direito à existência, ou mais simplesmente, por ser difícil prosseguir com tão irrealista reivindicação, o direito de se defender como Estado soberano, aliás alvo particular dos ataques da reacção internacional.

Tais esforços para criar novos problemas e activar atritos são mais acentuados quando a nível mundial as forças militaristas tentam erguer novas barreiras ao aprofundamento da distensão, a novos passos no caminho do desarmamento e da paz.

Assiste-se hoje a um novo recrudescer de provocações tendentes a deteriorar as relações entre os dois Estados alemães. Confinando de forma clara de quem partem as provocações, quem alimenta as dificuldades, os jornais ligados ao capital dão particular relevo, e manifestam inequívoca satisfação pelo facto, ignoram as provocações por parte da RFA, esforçam-se por apresentar a RDA como responsável pelas crescentes dificuldades nas relações entre os dois países.

No quotidiano das provocações, dois factos se podem destacar, ocorridos recentemente: o ataque

à missão da RDA em Bona, com uma bomba de tinta; a campanha desencadeada visando pôr em dúvida os direitos soberanos que a RDA tem na sua capital. Afirma-se, por exemplo, que a capital da RDA tem um estatuto especial, resultando dos acordos das quatro potências sobre Grande Berlim. Tenta-se assim fazer reviver uma realidade que de há muito pertence ao passado, alterada há quase trinta anos, aliás devido a uma violação dos acordos estabelecidos por parte dos EUA, Grã-Bretanha e França, que não quiseram quebrar a «tradição» imperialista de não respeitar os documentos que assinam.

A campanha visando pôr em causa os direitos soberanos da RDA na sua capital, campanha volta e meia resuscitada, assenta desta vez numa medida justamente tomada pelo governo da RDA, exigindo um visto aos estrangeiros para visitas à capital da RDA. As medidas tomadas pela Alemanha Democrática foram ditadas por necessidades muito concretas que resultam do significativo aumento do volume de tráfego de estrangeiros para a capital da RDA nos últimos tempos. Algumas pessoas aproveitavam-se do regime de facilidade de controlo, até aqui existente na fronteira da RDA com Berlim-Occidental, para fazer especulação, e outras actividades ilegais, prejudicando assim os interesses da população da RDA. Foi para preservar esses interesses que o Governo da RDA decidiu introduzir na fronteira com Berlim Occidental os mesmos regulamentos que nas outras fronteiras da República.

Acontece que, como é natural, as medidas que beneficiam o povo da RDA, prejudicam os interesses do capitalismo. Porque não convém mostrar as coisas com essa cruz, os órgãos de propaganda do capital recorrem à vulgar campanha de calúnias. Cumprem o seu triste papel.

ESPAÑHA: CAMINHO LIVRE PARA O TERRORISMO FASCISTA

Nos crimes do terrorismo fascista em Espanha levanta-se de novo ameaçador o espectro sangrento do franquismo. O crime brutal de 24 de Janeiro encheu de indignação os espanhóis e todos os seus amigos que no mundo estão solidários com o seu combate pela liberdade.

Centenas de milhares de pessoas, numa grandiosa manifestação de força e disciplina, prestaram, em Madrid, a última homenagem aos advogados das Comissões Obreras, assassinados por rajadas de metralhadoras por terroristas fascistas.

Simultaneamente, respondendo ao apelo dos sindicatos, milhões de trabalhadores espanhóis efectuaram uma jornada de greve e luto. Grande parte da indústria do país ficou paralisada: as minas nas Astúrias, os têxteis em Barcelona, os estaleiros em Bilbao, as fábricas de artigos eléctricos em Madrid. Na capital pararam também os transportes, com excepção do metropolitano. Pararam ainda em Madrid, de acordo com decisões tomadas em plenário, o sector metalúrgico, os hospitais e a banca.

Os atentados terroristas da extrema direita, visam inequivocamente criar uma situação de insegurança geral, amedrontar as forças de esquerda, criar o pretexto para uma política abertamente de direita, impedir a concretização de quaisquer medidas favoráveis ao povo espanhol.

AMNISTIA TOTAL, EXIGÊNCIA IMEDIATA DA OPOSIÇÃO

As manifestações subseqüentes a esse criminoso atentado, atestam o espírito de luta com que o povo espanhol se bate pela liberdade e a democracia. Espírito de luta insistentemente demonstrado, em particular na batalha por uma amnistia que o aparelho governamental teima em querer reduzir a uma caricatura.

O movimento pela amnistia ganha cada vez mais a força das massas e mobiliza já largos sectores da própria administração do Estado. Dentro da própria alta hierarquia da Igreja Católica, levantam-se vozes contra a violência e a repressão,

como a do cardeal Tarascon. O gesto das 176 municipalidades do país Basco apoiando a iniciativa pela amnistia lançada pela municipalidade de Echarri-Aranaz,

de los Espanholes, que equivale, de facto, ao estabelecimento do estado de emergência. Aparentemente esta medida visaria um ataque frontal às organizações



O terrorismo fascista está à solta em Espanha, mas a polícia só está atenta a outros sectores da vida política

que o governo central tentou sufocar, mostra a amplitude crescente deste movimento.

O governo de Suarez procura manobrar com um objectivo claro: salvar as estruturas fundamentais do estado franquista sob uma aparência de democracia. As eleições que se preparam para a Primavera, como resultado do referendo-burla de Dezembro passado, excluirão as forças mais combativas da oposição espanhola e têm por objectivo fornecer a capa eleitoralista, legal, ao partido pró-fascista Aliança Popular chefiado pelo antigo ministro do Interior Fraga Iribarne e assegurar-lhe a vitória.

Após o atentado criminoso que vitimou os cinco advogados, o governo espanhol proibiu todas as manifestações públicas, autorizou a polícia a fazer buscas domiciliárias e a aumentar para dez dias o tempo de prisão preventiva. Foi suspenso um conjunto de direitos, consignados no Fuero

terroristas de direita, de todos conhecidos e que todos sabem ser as responsáveis pelos atentados terroristas que se estão a verificar em Espanha, nomeadamente pela morte dos agentes da polícia assassinados.

Mas são as forças de esquerda que mais uma vez sofrem a repressão. Centenas de democratas e antifascistas deram entrada nas prisões. Só a corajosa pressão da Ordem dos Advogados conseguiu demover o governo a autorizar o funeral das cinco vítimas do atentado de 20 de Janeiro.

Mas, numa evidente benevolência para com os fascistas assistiu-se simultaneamente à libertação do dirigente dos neofascistas "Guerrillheiros de Cristo-Rei", Mariano Sanchez Covisa e de alguns dos seus apauiguados. Covisa e o seu grupo são responsáveis pelo assassinato de um estudante, no decurso de uma manifestação, assassinato que é apontado como o primeiro sinal da nova onda de violência desencadeada pela extrema direita espanhola que conta com o apoio de organizações fascistas internacionais, nomeadamente elementos das organizações fascistas portuguesas, alimentadas com os agentes da ex-PIDE/DGS libertos no nosso país, como "bons cidadãos".

É nesta ofensiva terrorista contra as forças de esquerda que deve situar-se a investigação dos raptos de Oriol, e mais recentemente do general Villaseca, ambos sequestrados pelo GRAPO que, reivindicando-se de maquista, surge com toda a aparência de uma criação da direita (distinção que com frequência é difícil fazer).

Assim, suspensos direitos ao povo espanhol sob a forma aparente de ataque às forças terroristas de direita é de facto a esquerda a atingida, o que constitui um incentivo para as organizações terroristas.

O discurso televisivo de Adolfo Suarez é mais um passo nesta direcção. Não se fala em ataque à direita, que põe em causa essa tranquilidade pública que o governo diz querer defender. O inimigo não é identificado. Não são preconizados métodos para lhe fazer face. Para osr. Suarez, os atentados "são contra o Estado e, portanto, contra o centro, a direita e a esquerda". Difícil encontrar mais requintado cinismo. Foram mortos cinco comunistas por homens de mão do fascismo e isto é considerado por Suarez como um atentado contra a esquerda, o centro e a direita!

A tentativa de despolitização dos actos de terrorismo é notória. Toda a imprensa, o que é grave, até em certos comunicados da oposição, se defende a estranha teoria de que o terrorismo não tem ideologia. Mas tem. E na Espanha de hoje isso mete-se pelos olhos dentro. Quem está por detrás das violências e do terrorismo são os defensores da ideologia fascista.

Uma outra questão. Anteriormente ao desencadear da onda terrorista da direita, era já muito acentuada a violência da repressão policial às manifestações populares. Bastões, balas de borracha, gases lacrimogéneos, são agora sistematicamente utilizados contra os manifestantes que em Madrid, Barcelona e outras cidades exigem amnistia e a libertação de todos os presos políticos. Entre as

forças repressivas há polícias à paisana e elementos de organizações terroristas da extrema direita como os "Guerrillheiros de Cristo-Rei". Os atentados terroristas revelam o medo do grande capital e do imperialismo americano.

Certamente, num país onde os militantes do Pentágono dispõem das bases aéreo-navais mais poderosas na

Europa, a mão da CIA está por detrás dos terroristas da direita.

O povo português tem razão para se inquietar com os acontecimentos no país vizinho. Lá se acolitam conhecidos conspiradores fascistas do ELP e lá se encontram algumas das bases dos terroristas que actuam em Portugal. Mais uma vez a História põe o acento na fraternidade dos dois povos peninsulares.

CORVALÁN NA RDA: O PESO DA SOLIDARIEDADE

O camarada Luis Corvalán está actualmente na RDA, onde foi recebido por Erich Honecker, secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, e outros dirigentes do Partido e do Estado, e pelos seus companheiros de Partido e luta, actualmente na RDA.

Dos encontros e discursos públicos ressalta a importância da libertação de Corvalán, a necessidade de prosseguir e intensificar a luta pela libertação de todos os presos políticos do Chile, pelo reaparecimento dos sequestrados, a reconquista da democracia e da liberdade para o Chile.

«Exigimos liberdade para todos os patriotas e democratas encarcerados do Chile» — acentuou o camarada Erich Honecker, que, após ter entregue a Corvalán a ordem Karl Marx, máxima distinção da RDA, atribuída ao secretário-geral do Partido Comunista do Chile por ocasião dos seus 60 anos, declarou: «A heroica luta do povo chileno contra a ditadura fascista e a solidariedade internacional conseguiram romper as cadeias da tirania que te tinham preso, querido camarada Luis. A União Soviética deu o passo decisivo para a tua libertação e merece por isso o agradecimento de toda a humanidade progressista. Quero aqui reafirmar que prosseguiremos e reforçaremos a nossa solidariedade até à vitória final da justa causa do Chile».

Nun comício de solidariedade realizado em Berlim, o camarada Luis Corvalán destacou a necessidade de cumprimento estrito da resolução da ONU sobre a violação dos direitos do homem no Chile: «De acordo com essa resolução, os Estados Unidos, a República Federal Alemã, a França e outros países devem terminar com as diversas formas de assistência que prestam à junta fascista, em especial com o envio de todo o tipo de material bélico e o auxílio financeiro».

Referindo-se ao novo governo dos Estados Unidos, Luis Corvalán afirmou: «Temos em conta as declarações feitas pelo presidente condenando a violação dos direitos do homem no Chile. Mas temos igualmente em conta a ajuda que prestaram e continuam a prestar a Pinochet os círculos imperialistas, assim como as intenções de estes e outros grupos norte-americanos de

As previsões da CEE para 1977 são bem pouco animadoras, expressando em números o tom geral das perspectivas (ou a sua ausência) apresentadas pela generalidade dos líderes do mundo capitalista. O relatório trimestral da Comissão, considera provável um crescimento interno bruto da ordem dos 3 por cento, contra 4,5 por cento o ano passado, e um agravamento do desemprego. A fachada de optimismo, tradicional no início de cada ano, e que convinha manter para ocultar em parte a gravidade da crise, vai-se esfumando. Difícil prometer renovadamente maravilhas que nunca se concretizam. A CEE ainda aponta para uma vaguíssima possibilidade de ligeira desceda da inflação, mas sabe, que ao contrário das outras, esta previsão será recebida com o mais profundo cepticismo.

Os trabalhadores franceses estão a opor uma resistência tenaz aos esforços do governo para impor um programa de austeridade que, como é norma do mundo capitalista, afectará profundamente os interesses das massas trabalhadoras. Milhares de funcionários públicos, de todos os ramos de actividade, aderiram a uma greve de 24 horas que terminou com uma marcha em Paris. Calcula-se em 50 mil o número de manifestantes que exigiram, na rua, a abertura de negociações para aumentos salariais. A semana de protesto contra o programa governamental de falsa superação de dificuldades económicas à custa dos trabalhadores, começou com uma greve de 36 horas dos sindicatos dos ferroviários, que paralisou os comboios em toda a França. Estão marcadas mais greves nos sectores das minas e da electricidade.

Enquanto o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, discuta na Grã-Bretanha, com os dirigentes britânicos, o crescimento económico, a «defesa» ocidental e os problemas da África Austral, no contexto de uma *tournee* de cunho político pelos principais países da Europa capitalista, James Callaghan, com um à vontade que chegou a espantar os observadores políticos, habituados ao cinismo característico do tom como no mundo capitalista são abordados problemas que afectam directamente os trabalhadores, declarou, referindo-se ao milhão e meio de desempregados na Grã-Bretanha: «Não penso que estes números sejam reduzidos nos tempos mais próximos, dado que estamos a combater a inflação». Isto passa-se enquanto se «catam» indícios de posições de esquerda no seio do Partido Trabalhista e os conservadores, tentando naturalmente ganhar posições, afirmam que «o Partido Trabalhista é agora o Partido natural do desemprego». Um exemplo dos frutos da decadência social-democrata.

Os quatro maiores partidos da esquerda mexicana — Partido Comunista, Partido Mexicano dos Trabalhadores, Partido Socialista Popular, Partido Socialista Revolucionário — exigiram uma lei eleitoral que permita à oposição chegar ao Congresso. A legislação assim reivindicada, além de democratizar o sistema político mexicano, deveria garantir o direito dos trabalhadores se agruparem em sindicatos independentes, à margem dos controlados pelo partido do governo, o que, no caso específico do México seria a forma de os trabalhadores poderem defender de facto os seus interesses. Foi também requerido, pela Central Camponesa Independente, o desarme dos bandos pistoleiros profissionais que, ao serviço dos latifundiários, assassinam camponeses e dirigentes sindicais em diversos pontos do país.

interferir para limitar as alterações radicais que deverão produzir-se no panorama do nosso país.

Destacando-se ainda as críticas de Carter à política seguida por Ford no que respeita ao Chile, disse Corvalán: «Apreciamos estas declarações. Apreciaremos muito mais factos que lhes correspondam».

O momento actual no Chile caracteriza-se por uma agudização acelerada da crise política permanente, que acentua em participar na luta dos partidos da classe operária e da unidade popular, que estão a forçar uma ampla

frente antifascista do povo chileno. Como destacou Erich Honecker, a libertação de Corvalán é uma prova do que pode ser conseguido com a solidariedade internacional, com o poderoso apoio da União Soviética e toda a comunidade socialista e com a unidade dos combatentes de todos os sectores progressistas do mundo.

Face ao recrudescimento da luta no Chile, a solidariedade internacional poderá ter novamente um grande peso para a libertação dos presos, o reaparecimento dos sequestrados.

Na próxima semana Avante! falará de:

• As torturas da PIDE

Dois documentos: transcrição dos relatórios enviados durante a clandestinidade para a direcção do Partido pelos camaradas Dinis Miranda e Fernando Vicente acerca das torturas sofridas durante as suas prisões

• Para a história do movimento operário em Portugal

Uma nova secção do «Avante!». No próximo número, a primeira posição activa de apoio à Revolução de Outubro, em 1920

• “Os monopolistas conspiram assim!”

Documentos confidenciais e altamente comprometedores sobre a conspiração monopolista no primeiro ano da Revolução, com relevo para o aparecimento da CIP na cena política portuguesa, foram divulgados recentemente em livro pela Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF. A eles daremos a devida atenção no próximo número.

A CULTURA NA SOCIEDADE JUGOSLAVA

A guerra de libertação nacional (1941-45), também no campo da educação e da cultura assinalou um ponto de viragem na evolução da sociedade jugoslava

A tradição cultural dos povos da Jugoslávia — directamente influenciada pelo processo histórico que se desenrolou ao longo dos séculos no continente europeu — remonta aos tempos passados, às origens da época feudal. Os seus Estados independentes, na Idade Média, já se caracterizavam por um elevado nível de desenvolvimento material e espiritual. Foram diversos os interesses políticos e económicos, e as influências culturais que no passado dominaram a parte da Europa hoje correspondente à República Socialista Federativa da Jugoslávia.

Assimilando as culturas da Grécia antiga e de Roma, e depois de Bizâncio, dos outros povos europeus e do Oriente, os povos da Jugoslávia criaram as suas próprias sínteses culturais e desenvolveram a sua cultura nacional. A todas as suas obras, tanto de literatura como de pintura, artesanato, escultura e arquitectura, seria impróprio um carácter original, próprio. As vicissitudes da História levaram os povos da Jugoslávia a fazer parte dos Estados conquistadores e a integrarem-se em diferentes esferas políticas e culturais. No entanto, conseguiram manter entre eles relações culturais e preservar o carácter autóctone das suas culturas.

O espírito criador dos povos jugoslavos e a influência das mais antigas culturas europeias e orientais, contribuíram determinadamente para a formação de uma expressão artística e cultural, rica e diversa, que raramente se encontra ao longo da História. O património artístico e cultural dos povos da Jugoslávia constitui, pelo seu significado histórico e político e pela sua riqueza, um património de todo o continente europeu.

As culturas nacionais foram para os povos jugoslavos um instrumento de defesa e de salvaguarda da sua personalidade nacional. Durante o período de emancipação, do século XVIII ao século XIX, os movimentos culturais fizeram parte integrante da luta política travada por estes povos — a luta pela independência.

Durante o período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, as iniciativas culturais na Jugoslávia, país subdesenvolvido de economia essencialmente agrícola foram desordenadas e fragmentadas. O nível dos poucos institutos culturais era muito baixo, estando a maioria da população condenada a viver num estado de completo isolamento

cultural. O Estado burguês não prestava nenhuma atenção ao desenvolvimento das culturas nacionais e à actividade artística que ainda se desenrolava, quase que clandestinamente. Mas nem estas condições conseguiram impedir o talento de escritores e artistas, cujas obras eram cada vez mais conhecidas no estrangeiro.

A REVOLUÇÃO E A CULTURA

Durante a guerra de libertação nacional (1941-1945), que revelou a energia revolucionária das massas, deu-se o início à metamorfose cultural. A revolução impulsionou as aspirações democráticas das massas, tendo-se manifestado a necessidade e a vontade de adquirir conhecimentos e de desenvolver as mais diversas formas de actividade cultural. Das mais difíceis condições de luta, nasceu uma concepção de sociedade socialista e uma nova concepção democrática da cultura.

Enquanto a Europa estava sob a ocupação das potências de Axe, organizavam-se nos territórios livres da Jugoslávia diversas actividades culturais motivadas pelos sentimentos de luta e de resistência. Vários grupos de poetas, actores, jornalistas, músicos e cientistas entraram em contacto com os "partisans". Nas montanhas e nos territórios controlados pela resistência, realizaram-se muitas sessões culturais e espectáculos. A cultura e a expressão artística também estavam na vanguarda da luta. De salientar ainda que muitos foram os artistas e intelectuais que tomaram parte na luta armada de libertação, como combatentes e ao mesmo tempo como militantes da cultura popular e revolucionária.

Após a libertação, o novo Estado assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de transformação da nova sociedade, mesmo no campo da cultura. Com os tempos, esta forma de organização da sociedade mostrou as suas insuficiências. Foi pouco evidenciada a iniciativa das massas. Manifestou-se aqui e acolá a tendência para o burocratismo. Resolvidos estes problemas, o povo da Jugoslávia prosseguiu com entusiasmo e determinação a edificação da sociedade socialista. Criaram-se mais institutos culturais, aprofundou-se a actividade e elevou-se o nível dos poucos existentes, assistiu-se a um significativo apoio ao

desenvolvimento da actividade cultural e artística.

As obras literárias e plásticas, a arte dramática e a criação musical passaram a adquirir reputação internacional. Em 1961, Ivo Andrić obteve o Prémio Nobel da Literatura e Dusan Vukotic, "Oscar" para o filme de animação, "As ciências sociais, técnicas e naturais atingem um elevado grau de desenvolvimento.

A adopção, em 1974, da Constituição federal marca o começo de uma nova etapa no desenvolvimento do socialismo na Jugoslávia.

A organização socialista da sociedade jugoslava prevê novas formas para os cidadãos exercerem a sua influência sobre a política cultural, que desenvolve a sua actividade a partir das "comunidades da cultura".

Estes organismos que os artistas, trabalhadores intelectuais,

cientistas e professores juntamente com os demais representantes da sociedade definem os programas de desenvolvimento cultural e tomam as decisões relacionadas com os investimentos e o financiamento da actividade cultural. As disposições constitucionais exigem que a maioria dos membros com assento nos órgãos de decisão das "comunidades de cultura" sejam elementos de organizações de trabalho.

A arte e a cultura no seu conjunto são cada vez menos só a preocupação dos artistas e dos trabalhadores intelectuais. Presentemente, não são apenas estes que se preocupam com a arte e com a cultura. A perspectiva do seu profundo desenvolvimento, está já hoje na mente de toda a sociedade jugoslava.

economia
EC
Já saiu o n.º 6 da revista que se esgota

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

economia
EC
Já saiu o n.º 6 da revista que se esgota

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

• T. JIVKOV. A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ.

• G. KWIATOVSKI. O CAPITALISMO E A JUVENTUDE.

• J. SOARES. O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

COMEÇA HOJE O III CONGRESSO DA FRELIMO

Inicia hoje os seus trabalhos o III Congresso da FRELIMO. Congresso de importância histórica, porque surge como o marco de separação entre uma fase de luta libertadora e de consolidação da independência conquistada e uma nova fase da luta, não menos difícil, que exige igualmente o empenhamento de todo o povo, mas profundamente diferente: a batalha da construção de uma nova sociedade, a batalha da criação urgente e indispensável da base material para essa nova sociedade.

O III Congresso da FRELIMO — 1.º realizado após a independência — conta com a participação das várias organizações da FRELIMO e de elementos dos grupos dinamizadores. Serão definidos os novos objectivos da FRELIMO, do governo da República Popular de Moçambique, de todo o povo moçambicano, no caminho a percorrer para o reforço da independência total e completa. Será definida a estratégia a seguir para a organização da classe operária e camponesa — elemento essencial para o progresso do país, a abertura do caminho para o socialismo. Está em causa, simultaneamente, a batalha da produção e a constituição do partido do proletariado, o partido dirigente, enformado pela doutrina marxista-leninista.



Samora Machel: "A nossa meta é fazer a revolução, fazer triunfar a revolução. Qual é a tarefa da revolução agora? Na realidade qual é? A tarefa da revolução é construir o socialismo"

não foi só o esclarecimento das populações, mas a sua ampla participação numa pleia de tarefas, a exigir esforços redobrados, em que se joga a formação de um novo conceito de trabalho: o trabalho que não é exploração, que não é a obrigação penosa imposta pelo colonialismo, mas trabalho que é feito por vontade própria, com alegria, trabalho que significa

assume, pratica e desenvolve criadoramente e integra a luta de libertação na luta geral contra o sistema de exploração». Este um aspecto fundamental da opção do povo moçambicano por um futuro de liberdade e de progresso.

O rumo apontado é claro. Conforme é destacado nas teses: «A democracia popular reforça o poder da classe trabalhadora, consolida a unidade ideológica e de

a conclusão lógica de que, sem partido revolucionário que não é possível consolidar e desenvolver a revolução. Neste momento a FRELIMO forja o partido marxista-leninista, necessário para conduzir o seu povo ao futuro socialista.

Objectivo: travar a batalha da produção, do desenvolvimento da agricultura e da indústria como factor dinamizador na edificação material da democracia popular; porque a «revolução moçambicana é parte integrante da revolução mundial. O internacionalismo proletário é uma constante maior e fundamental da nossa revolução» — impõe-se a criação da nova força organizada e organizadora, que levará seguramente o país no caminho para uma sociedade nova, livre da exploração do homem pelo homem. «Como força dirigente da sociedade e do Estado — afirma-se nas teses — O Partido deve guiar, mobilizar e organizar as largas massas na tarefa da edificação da democracia popular, levar a cabo a construção do novo aparelho de Estado, que materialize o poder da aliança operário-camponesa e sirva de instrumento para a construção da base ideológica, política, económica, cultural e social da sociedade socialista».

CHEGADA DA DELEGAÇÃO DO PCP

Foi no dia 1 de Fevereiro que o camarada Álvaro Cunhal, à frente da delegação do PCP que integrava também o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado do Comité Central, chegou ao Maputo, a fim de assistir ao III Congresso da FRELIMO.

Foram aí recebidos pelo camarada Joaquim Chissano, membro do Comité Central da FRELIMO e Ministro dos

Negócios Estrangeiros, pelo camarada Manuel dos Santos, também membro do CC e pela camarada Anabela, Comandante das FPLM.

A saída da aerogare, um grupo de portugueses saudou calorosamente o Secretário Geral do Partido Comunista Português, gritando vivas ao PCP, ao camarada Álvaro Cunhal, à amizade entre os povos moçambicano e português, ao internacionalismo proletário e ao III Congresso.

Bandeiras vermelhas e bandeiras da República Popular de Moçambique engalanavam o aeroporto e as principais artérias do Maputo. Podem ver-se grandes murais por toda a cidade mobilizando as massas para o Congresso. As palavras de ordem exaltam o marxismo-leninismo, a aliança operário-camponesa, a classe operária como força dirigente da revolução.

Entretanto, realizava-se a nona sessão alargada do Comité Central da FRELIMO,



O desenvolvimento e reforço da organização dos trabalhadores tem sido um dos principais objectivos da FRELIMO

tendo o Presidente Samora Machel discursado na abertura e sublinhado a necessidade histórica da criação de um partido de vanguarda orientado pelos princípios do socialismo científico. Esta reunião alargada debreçou-se sobre os documentos fundamentais a apresentar ao Congresso e estudou as novas estruturas a serem criadas.

Com o III Congresso termina o mandato do Comité Central, eleito em 1968 no Congresso anterior desenrolado em plena luta contra o colonialismo. A esse propósito Samora Machel salientou a necessidade de se analisar o grau de crescimento da organização nos últimos anos, fazer o primeiro levantamento da realidade socioeconómica do país.

Para assistir ao Congresso foram convidados cerca de 50 delegados de países e partidos estrangeiros. A delegação do Partido Comunista da União Soviética é dirigida pelo camarada Lotschenkov, membro do CC do PCUS.

BALANÇO E PERSPECTIVAS NAS PALAVRAS DE SAMORA

No momento em que se iniciam os trabalhos do III Congresso da FRELIMO, em que serão traçadas as linhas mestras do desenvolvimento futuro de Moçambique, recordamos o balanço de 76 e as perspectivas para o novo ano, na mensagem de Ano Novo ao povo moçambicano, do Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Machel. São momentos que se inserem numa mesma e única batalha. Afirma-se nesse recente documento:

«No plano interno os nossos esforços têm sido concentrados na reorganização e desenvolvimento da economia.

«No campo da agricultura, base do nosso desenvolvimento, iniciámos, em 1976, o processo de transformação de uma

de gerir e administrar as empresas, isto é, dirigir a produção. Para tal basta que se apliquem no estudo e se dediquem ao trabalho.

«Através dos Conselhos de Produção a classe trabalhadora, pela primeira vez, começa a assumir organizadamente a direcção do seu próprio trabalho,

famílias moçambicanas beneficiar de melhores condições de alojamento contribuindo assim concretamente para o melhoramento da sua vida.

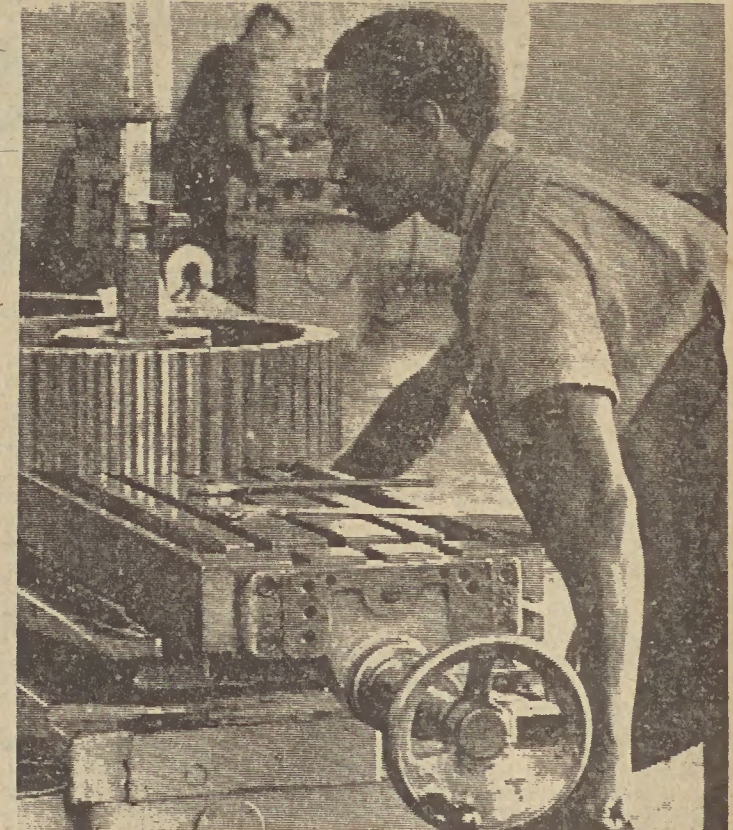
«Nas escolas e hospitais, o ano de 1976 viu a maior frequência e a maior afluência registada desde sempre na História de Moçambique. Apesar de subsistirem muitas dificuldades nestes sectores, com recursos nacionais e com a colaboração de internacionalistas dos países socialistas e de outras forças progressistas, registaram-se avanços significativos. Assim, por exemplo, no domínio da educação foram formados cerca de 2000 professores primários, além de 3000 que foram reciclados. O número de escolas secundárias passou de 33 para 99.

«Na saúde, a campanha de organização e disciplina desencadeada permitiu melhorar a qualidade da assistência. Através dos esforços do Governo e da solidariedade Internacional, o número de médicos passou, num ano, de 100 para 200.

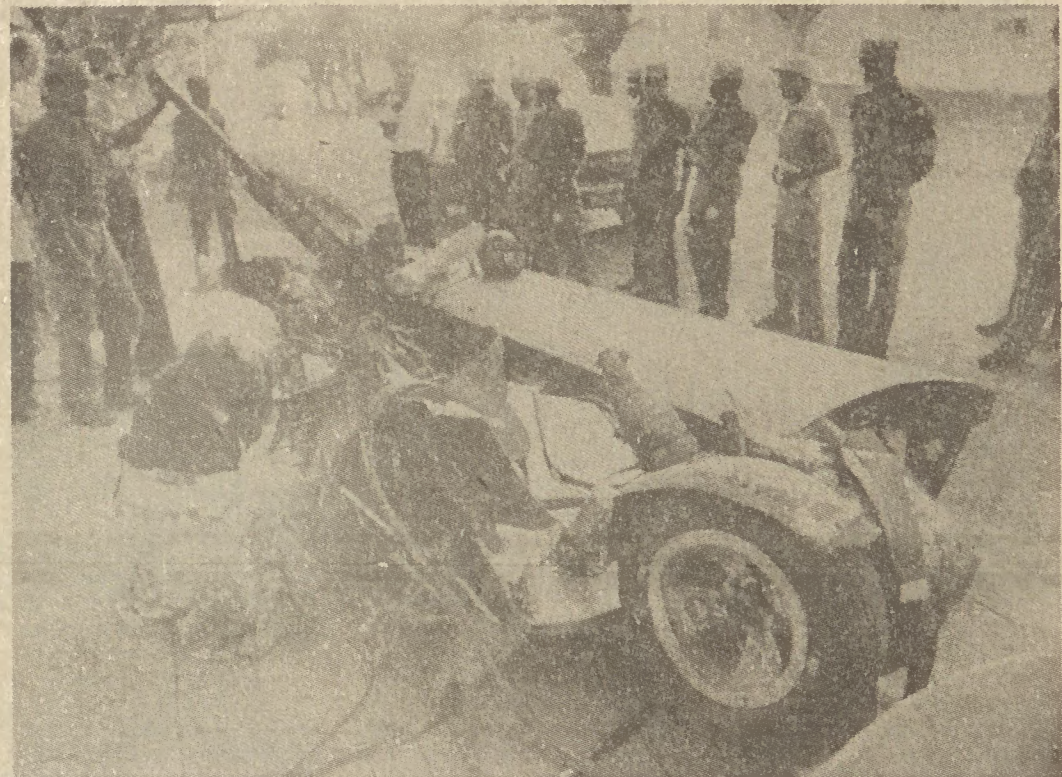
«Um trabalho profundo de revolucionarização do aparelho de Estado e da Função Pública está em curso para fazer do nosso Estado um verdadeiro instrumento da política do Partido, um instrumento do poder das classes trabalhadoras, uma arma de combate pelo bem-estar popular.

«A democratização continua da nossa sociedade só pode ser conseguida através da participação organizada das massas no exercício do poder e na organização da vida social a todos os níveis.

«Neste contexto o esforço de organização ao nível da mulher moçambicana como ao nível da juventude constituem passos decisivos com vista à criação de estruturas da democracia popular».



No novo Moçambique independente, luta-se afinadamente para a elevação do nível técnico, científico e profissional dos trabalhadores



O regime racista da Rodésia não perdeu as esperanças de ver em Moçambique a História andar para trás. Mas as gloriosas FPLM, todo o povo moçambicano, não o permitirão. Na foto: os destroços de um avião a jacto das forças de Smith, um Cambera B2, abatido pelos soldados da RPM

As teses sintetizam toda a gama de problemas com que se debate o povo moçambicano. Teses que surgem para debate no Congresso, depois de enriquecidas pela discussão em reuniões nos locais de trabalho e nas zonas de habitação, pelas reuniões mais amplas a nível de distrito e província. A mobilização de massas em volta do Congresso tem sido grandiosa. Os trabalhos preparatórios da grande assembleia constituíram, em si, um magnífico trabalho de esclarecimento popular. Mas

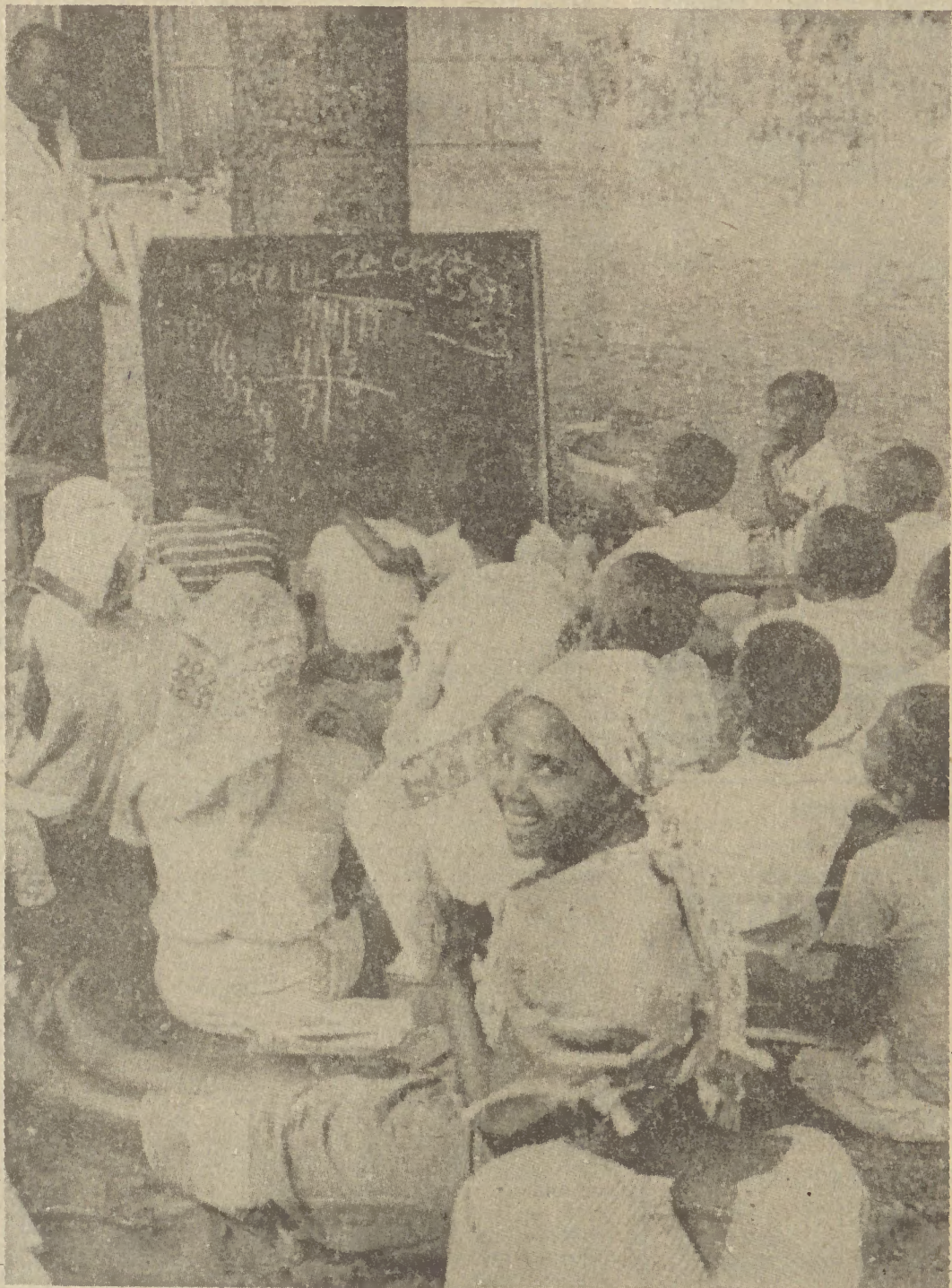
a construção colectiva do futuro.

O conteúdo das teses abarca uma análise histórico-científica da origem do colonialismo nas suas várias fases e apoios, do imperialismo que o tentou substituir, das razões históricas da luta de libertação nacional.

A compreensão da razão histórica da luta de classes, surge como fundamental. Como diz o camarada Samora Machel, «na fase presente de dominação imperialista, o movimento de libertação nacional só pode levar a cabo a sua tarefa histórica quando

classe, estabelece definitivamente o princípio: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho». É uma constante das teses do Congresso que só o socialismo científico pode concretizar a verdadeira libertação.

A opção que assim fica inequivocamente destacada nas teses para o III Congresso da FRELIMO impõe



Alfabetização: uma tarefa prioritária, imposta pela triste herança deixada pela opressão e exploração coloniais

NOTÍCIAS BREVES

Foi recentemente publicado o orçamento geral do Estado da República Popular de Moçambique para o ano em curso. Trata-se ainda de um orçamento de transição, que deverá sofrer profundas alterações à medida que o aparelho do Estado colonial é destruído e substituído por um novo aparelho de Estado que reflecta efectivamente o poder das classes trabalhadoras. Os pontos mais salientes do orçamento são os aumentos de 125 e 75 por cento das verbas destinadas, respectivamente, à saúde e à educação. Aumentos que falam por si.

Cento e cinquenta soldados e oficiais de todas as províncias de Moçambique participaram num Seminário, que decorreu no âmbito dos trabalhos preparatórios do III Congresso da FRELIMO. Alberto Chipenda, ministro da Defesa Nacional da República Popular de Moçambique, falando no Seminário, sublinhou que «é preciso elevar o nível de consciência política e de classe dos soldados e oficiais da República» e convidou os participantes a estudar e divulgar o marxismo-leninismo.

Foi assinado em Maputo um acordo de transporte aéreo regular entre Portugal e Moçambique. A importância deste acordo foi realçada no comunicado conjunto que o considera «o quadro jurídico indispensável para a normalização e desenvolvimento das relações áreas entre os dois países, essenciais para o fortalecimento de um clima de entendimento e amizade entre Moçambique e Portugal».

Cerca de 400 mil livros, englobando clássicos do marxismo-leninismo e outros temas, publicados na União Soviética e outros países socialistas, foram comprados no decurso deste ano pela população da República Popular de Moçambique. A compra de publicações estrangeiras, assim como a distribuição das publicações da FRELIMO, é efectuada pelo Instituto Nacional do Livro, organizado para promover a educação política do povo trabalhador de Moçambique.

Álvaro Cunhal à partida para Maputo

«Uma época nova na história do povo moçambicano»

Partiu na passada segunda-feira para a República Popular de Moçambique a delegação do Partido Comunista Português, para participar nos trabalhos do III Congresso da Frelimo, que hoje se iniciam no Maputo.

A delegação é composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Pouco antes de partir, o camarada Álvaro Cunhal, numa declaração especial para o «Avante!», referiu-se à importância e ao significado deste III Congresso da Frelimo, salientando igualmente a presença de uma delegação do Partido Comunista Português:

«Este Congresso da Frelimo reveste-se de particular importância, uma vez que, segundo os materiais já publicados, se trata de um Congresso

que abre uma época nova na história do povo moçambicano e da jovem República Popular de Moçambique.

Trata-se do desenvolvimento de uma ideia da mais alta importância para o movimento nacional libertador, e que é a identificação da luta de libertação com a luta pela liquidação da exploração do homem pelo homem.

Este Congresso tem, portanto, um significado extraordinário para a vida do povo moçambicano, para o desenvolvimento da nação moçambicana e da sua sociedade, e também uma grande importância internacional, pois significa um novo caminho apontado por vários jovens estados africanos.

Naturalmente que a presença da delegação do Partido Comunista Português traduz as

relações de amizade fraternal existentes entre o PCP e a Frelimo e estamos certos de que a nossa presença neste Congresso não só nos permitirá conhecer melhor a realidade moçambicana e a política do partido revolucionário do seu povo — a Frelimo — como também será uma contribuição para o desenvolvimento das relações de amizade e de cooperação entre os dois partidos, entre os dois povos e entre a República Popular de Moçambique e o Portugal democrático dos dias de hoje.

Estiveram no aeroporto a apresentar cumprimentos de despedida os camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Domingos Abrantes, membro do Secretariado do CC, Albano Nunes e Margarida Tengarrinha, membros do Comité Central.